



CÂMARA MUNICIPAL DE ARACAJU

Essa sessão foi registrada através de notas taquigráficas do Setor de Taquigrafia e revisada pelo Setor de Revisão da Câmara Municipal de Aracaju

e-mail: setortaquigrafiacma@gmail.com

107ª SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2025

(a ata desta Sessão está disponível em <https://www.aracaju.se.leg.br/processo-legislativo/atas-das-sessoes/2025/dezembro/ata-da-107a-sessao-ordinaria-04-12-2025.pdf/view>)

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Sob a proteção de Deus e em nome do povo aracajuano, declaro aberta a presente sessão. Bom dia a todos. Solicito ao vereador Sargento Byron a leitura da ata da sessão anterior.

2º SECRETÁRIO EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB – LEITURA DA ATA

Ata da 106ª Sessão Ordinária, 44ª Legislatura, 03 de dezembro de 2025. ([Leitura da Ata da 106ª Sessão Ordinária](#)). Lida a ata da sessão anterior, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

A ata está em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-la, ata aprovada. Solicito ao vereador Sargento Byron que faça a leitura do Expediente.

1º SECRETÁRIO SARGENTO BYRON – MDB – LEITURA DO EXPEDIENTE

Expediente Ordinário, 4 de dezembro de 2025.

Requerimento n.º 494/2025, autoria do vereador Lúcio Flávio (leu).

Requerimento n.º 495/2025, autoria do vereador Lúcio Flávio (leu).

Requerimento n.º 497/2025, autoria do vereador Isac Silveira (leu).

Moção n.º 122/2025, autoria do vereador Pastor Diego (leu).

Indicações 2025:

Indicação n.º 2391, autoria do vereador Levi Oliveira.

Indicação n.º 2392, autoria do vereador Maurício Maravilha.

Indicações n.º 2395 a 2397, 2399 e 2400, autoria do vereador Fábio Meireles.

Indicações n.º 2402, 2403, 2410 a 2414, autoria do vereador Joaquim da Janelinha.

Indicação n.º 2415, autoria do vereador Levi Oliveira.

Indicações n.º 2417 a 2420, autoria do vereador Anderson de Tuca.

Aviso, senhor presidente:

Atesto para os devidos fins que a paciente Thannata Stefany Aragão Oliveira encontra-se impossibilitada de exercer suas atividades laborativas por um período de 03 dias. A paciente supracitada passou por um procedimento odontológico nesse período de 02 a 05 de dezembro. Denison S. Lima, cirurgião-dentista, Aracaju / Sergipe, IPES Saúde.

Convite do vereador Joaquim da Janelinha, que acaba de estar presente. Evento: Sessão Solene de outorga de entrega de Título de Cidadania Aracajuana à secretária da educação do Município de Aracaju, Edna Quitéria do Amorim Costa. Hoje, 4 dezembro, às 16 horas. Local: Câmara Municipal de Aracaju, Plenário Vereador Abrahão Crispim, Praça Olímpio Campos, Centro.

Fará aniversário na sexta-feira, dia 5 de dezembro, Eunice Dantas Carvalho, procuradora-chefe do Ministério Público Federal em Sergipe.

Fará aniversário no sábado, dia 6 de dezembro, o vereador Ricardo Vasconcelos, presidente municipal da Câmara de Vereadores de Aracaju.

Lidos o Expediente e os avisos, senhor presidente.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vamos dar início ao Pequeno Expediente. A primeira oradora do Pequeno Expediente é a vereadora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – ORADORA

Bom dia, vereadores. Bom dia às assessorias, aos trabalhadores aqui da Câmara, a quem está nos acompanhando aqui e quem também está nos acompanhando pela nossa rede aqui de comunicação. Vou começar fazendo minha autodescrição, como sempre faço, em respeito às pessoas cegas e de baixa visão. Aqui quem fala é a vereadora Professora Sonia Meire, uma mulher de estatura média, cor de pele branca, cabelos

tingidos de roxo, na altura do queixo, cacheados, uso óculos vermelhos. Hoje eu estou vestindo um blazer branco, uma blusa preta, uma saia verde água e um brinco dourado de folhas e também um colarzinho dourado de folhas. Nessa manhã de hoje, eu quero falar sobre as mulheres e as violências que nós temos sofrido. E vou começar por uma denúncia que acolhi, vindo de uma pessoa, de uma mulher que necessitou usar o Hospital da Mulher, recentemente reinaugurado como Hospital da Mulher, que é a Maternidade Lourdes Nogueira, que também agora é hospital, como eu bem disse. E aqui eu vou ler o texto da pessoa que precisou usar os serviços e qual foi o tratamento. “Quero expressar minha profunda indignação, frustração e revolta, diante do completo descaso que vivi no Lourdes Nogueira, Hospital e Maternidade da Mulher no dia 2 de dezembro, no meu oitavo dia após cesárea; um momento extremamente sensível, delicado e que exige acolhimento, atenção e responsabilidade por parte de qualquer instituição de saúde. Infelizmente, o que encontrei foi exatamente o oposto. Cheguei ao hospital em condição de vulnerabilidade, chorando e com muita dor, sintomas que exigiam avaliação imediata. Fui lá justamente por ser mais próximo à minha casa e por estar sendo referência em atendimento, aparecendo na mídia o tempo inteiro. Mesmo deixando claro que estou no pós-operatório de uma cirurgia de grande porte, não houve qualquer prioridade, sensibilidade ou cuidado no atendimento. Tentei de todas as formas que um médico ou enfermeira me atendesse, mas tudo que eu ouvi foi: ‘Você não pariu aqui, você precisa ir para a maternidade onde o seu parto foi feito’”. Você não pariu aqui. Essa foi a resposta. “É inadmissível que um local que se intitula Hospital da Mulher, um espaço que deveria ser referência em cuidado a mulher, trate uma puérpera recém-operada com tanta negligência. No oitavo dia, por cesárea, qualquer sinal de alteração pode representar risco sério e ainda assim fui tratada como se minha situação fosse irrelevante. O mínimo esperado era acolhimento, escuta e uma avaliação médica, mas sequer isso me foi fornecido. Saí do local mais angustiada, desamparada e revoltada do que cheguei. Nenhuma mulher deveria passar por esse tipo de humilhação, especialmente em um momento tão frágil, físico e emocionalmente. O hospital falhou completamente no seu dever de assistência e respeito. Se não atende todas as mulheres, sugiro trocar o nome Maternidade Hospital da Mulher que pariu aqui”. Isto... Se o hospital e maternidade não tem urgência para o atendimento de mulheres puérperas nessa situação, não pode simplesmente dizer: “Vá para o lugar onde você pariu”. Não se pode - nenhum profissional da saúde, está escrito isso - negar um atendimento em lugar nenhum, muito menos no hospital. O mínimo, o mínimo, como a paciente se colocou, era que deveria ter

recepcionado, feito uma avaliação e orientado, se não pudesse atender ali, para que ela pudesse ser atendida em outro lugar. E qual a sua condição, se estava numa situação de risco ou não iminente, qual a sua condição, inclusive para ser transportada para outro lugar. Esse é o papel de um hospital público, de uma maternidade e de um hospital da mulher tal qual foi colocado. Nós vamos, estaremos visitando o hospital, nós vamos querer saber quais são os procedimentos que o hospital tem tomado e vamos seguir na luta na defesa das mulheres. E, rapidamente, aqui, eu quero convidar toda a população, homens e mulheres, a participar do ato no dia 7 pela vida das mulheres, mulheres vivas sempre. Dia 7 em Aracaju e no Estado de Sergipe haverá atos contra o feminicídio e as violências contra as mulheres. Muito obrigada e bom dia.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Próximo orador é o vereador Rodrigo Fontes. Declinou? Vereadora Selma França. Declinou? Sargento Byron. Declinou? Breno Garibalde. Declinou? Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB - ORADOR

Senhor presidente, senhores vereadores, senhoras vereadoras, meu muito bom dia. Fazendo minha audiodescrição: sou Elber Batalha, com 52 anos, cabelos grisalhos, uso um terno azul-marinho, uma camisa branca e uma gravata em tom de azul-claro. Senhor presidente, senhores vereadores, eu gostaria até que o vice-líder da prefeita estivesse aqui, porque, com todo respeito, quero fazer um contraponto à fala dele de ontem. O vereador Lúcio Flávio quer justificar o injustificável. Qual é a lógica que existe, vereador Janelinha, quando o Tribunal de Contas do Estado do Pará diz que os ônibus foram superfaturados, diz que a ata foi constituída de forma fraudulenta, desrespeitando regras básicas de licitação, e a prefeitura de Aracaju aderiu a essa mesma ata e comprou os ônibus pelo mesmo valor, como é que o ônibus é superfaturado lá e não é superfaturado aqui? É de uma engenharia argumentativa mirabolante, péssima. Parece-me que há um desconhecimento total do que nós aprendemos, Pastor Diego, na faculdade da tese do fruto da árvore envenenada. Que tudo que sai de algo que está envenenado, envenenado também está. Se essa compra de Sergipe, mais de perto de Aracaju, da nossa capital, foi derivada de uma ata de registro de preço que foi comprovadamente superfaturada, fraudada, visando lesar o erário público do Município de Belém do Pará, também lesou o erário público do Município de Aracaju. Até porque lá ainda houve algumas compensações que diminuíram o prejuízo, e aqui não houve compensação alguma. Comprou-se pelo mesmo preço de lá, sem compensação nenhuma, ônibus que deveriam

ser deste ano, fabricados no ano de 2023. E me parece, Fábio Meireles, que me chegou a denúncia que um dos ônibus é 2021. Ainda enxertaram esse jabuti, o pacote, e botaram ônibus ano 2021. Mas, Pastor Diego, para não dizer que nós só falamos da SMTT, quero relembrar aqui das denúncias que nós fizemos sobre o contrato da Renova. O fatídico contrato da Renova, empresa que a prefeita Emília cantou em prosa e verso que era melhor que as empresas anteriores, que iria economizar R\$ 30 milhões de reais do povo de Aracaju. Resultado? Aracaju foi entregue ao lixo e ao mato. As pessoas passaram 10 dias com o lixo em suas portas e não houve outra saída para a prefeita senão recuar, reconhecer o erro e, depois de causar um prejuízo imenso para os aracajuanos, rescindir o contrato com a Renova. E nós denunciemos aqui o equívoco, as irregularidades, a fraude naquele processo de dispensa de licitação de contrato emergencial. Bote aí, Paranhos. Veja o que aconteceu agora. O Ministério Público de Contas emite parecer pedindo a condenação de Hugo Esoj pelo contrato com a Renova. Pedindo a aplicação de uma multa pessoal a ele de R\$ 20.000,00, a condenação por irregularidade nesse contrato e a condenação dos gestores a devolverem o dinheiro ao erário do Município de Aracaju. Quando a gente denuncia, a gente denuncia com razão e com provas. Está aí, bota lá no final, Paranhos, pode ir para o fim. Esse é o parecer do promotor do Ministério Público Especial de Contas, Dr. Eduardo Côrtes, que pede lá no final a condenação do presidente da Emsurb, a multa e a anulação desse contrato. Está ali, deliberação, “opinamos pelo procedimento de dispensa e pela ilegalidade do procedimento de dispensa emergencial, Emsurb DI 0048/2025, e pela aplicação de multa ao atual gestor da Emsurb no importe de R\$ 20.000,00, em razão das irregularidades subsistentes”. Quando a oposição denuncia, denuncia com provas, denuncia com argumentos e pautado nas questões de direito. E nós não vamos aqui transformar julgamentos que são técnicos em desmerecimento político, como a prefeita tenta fazer. A gestão dela comete improbidade em cima de improbidade, ilegalidade em cima de ilegalidade. E, quando as cortes julgam essas ilegalidades, ela diz que estão fazendo política contra ela. Eu quero saber se o Tribunal de Contas do Estado do Pará, dos municípios do Estado do Pará, sabem lá quem é Emília Corrêa, pelo amor de Jesus Cristo, para estarem fazendo julgamentos visando prejudicá-la. É necessário que se atentem, estão fazendo absurdos nessa gestão com o dinheiro do povo. E essa semana vai ter a denúncia, R\$ 10 milhões na reforma do gabinete...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Próximo orador é o vereador Fábio Meireles. Líder de direita da oposição. Registrar aqui a presença também do ex-deputado estadual, Capitão Samuel, no Plenário desta Casa. Seja bem-vindo. Fazer uso da palavra o líder de direita da oposição, vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – ORADOR

Bom dia, presidente Pastor Diego. Bom dia, vereador Joaquim da Janelinha, que deu duas voltas no Augusto Franco ontem, por conta da vitória do Flamengo. Bom dia, senhores e senhoras vereadores por Aracaju. De uma forma especial à vereadora Moana Valadares, vereadora Selma França e Professora Sonia Meire. Bom dia, povo de Aracaju. Eu gostaria de informar que no próximo sábado, Pastor Diego, nós teremos a 12ª Edição do Natal Solidário da ONG Olhar Carinhoso. Uma festa que celebra, vereadora Sonia Meire... Pode sim, pode levar suas crianças lindas. São duas filhas, né, Pastor Diego, que Vossa Excelência tem? Pode levar. Pode sim. Todos os colegas aqui podem levar as crianças, porque é uma festa onde nós interagimos com aquela comunidade da Zona Norte de Aracaju. Não é uma festa celebrada apenas com as crianças do bairro Soledade, mas com as crianças da Zona Norte e da Zona Sul que quiserem também. Fica um pouco distante, mas, se quiserem ir, nós teremos lá, vereador Binho - Vossa Excelência sabe - uma festa preparada para mil crianças, brinquedo para todas as crianças, sorteio, Elber, de 10 bicicletas, patinetes, cachorro-quente, algodão-doce, tudo 0800, como diz Soneca, é de graça, é de coração. E aí eu quero evidenciar a força dessa mulher corajosa que trabalha com muita garra, com muito amor para com a população aracajuana, que é a presidente da ONG Olhar Carinhoso, a senhora Ítala Meireles. Quero nesse momento também parabenizar o nosso assessor Mateus, Mateus Santa Rita. Feliz aniversário, meu filho. Que Deus abençoe a sua vida. Você é um verdadeiro guerreiro, superando uma situação muito difícil na sua vida, teve a perda de sua avozinha essa semana, mas Deus em tudo te dá vitória, dá alegria e que você goze dessa felicidade de muitos anos de vida, meu amigo. Está certo? Thiago, por gentileza, o Pastor Diego me lembrou de uma foto que eu vou colocar. Esse é um requerimento, Pastor Diego. Deixa-me ver qual é o requerimento. Requeiro à Mesa na forma regimental, após ouvir do Plenário, que seja oficiado o presidente do Comitê de gestão do Município de Aracaju, Selma França, o senhor Thiago Silva, para que encaminhe a esta Casa Legislativa informações e documentos relativos à deliberação sobre a viagem internacional, concessão de diárias e gasto com passagens aéreas realizado pelo senhor Jorge Eduardo Brandão Costa Júnior,

vinculado à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico e Inovação de Aracaju, ocorrido no período de 14 a 30 de junho de 2025, com destino a logo ali, Binho, a Taiwan. A referida viagem teve como objetivo a participação em programa internacional, Selma, de capacitação, inovação e transformação digital no setor público, conforme informação disponível no Portal da Transparência do Município de Aracaju. Nós requeremos tanto da Cogest, que lá está encabeçada por Thyago Silva, quanto outro requerimento, senhor presidente, nós endereçamos ao nobre secretário Dilermando; uma viagem, uma resposta simples, vereadora Selma, aparentemente simples, que já chegou às mãos de ambos, tanto do Comitê, no dia 14 de novembro, meu assessor, quanto às mãos de Dilermando, no dia 14 de novembro. Eles teriam que apenas responder a alguns itens, itens simples, senhoras e senhores vereadores por Aracaju e população aracajuana. Comprovante de pagamento das diárias. Fácil. Está no Portal da Transparência. Comprovante do deslocamento, bilhete, reserva, passagem aérea, Joaquim. Documento comprobatório da hospedagem, nota fiscal, check-in. Relatório de participação no evento. Comprovante de aquisição de moeda estrangeira. Porque lá você não negocia com o real. E aí a Secretaria e a Cogeste não conseguem responder a um requerimento como esse. Estão escondendo alguma coisa? Querem...

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Próximo orador é o vereador Maurício Maravilha. Vereador Maurício, declinou? Próximo orador é o vereador Milton Dantes. Declinou? Próxima oradora é a vereadora Moana Valadares. Declinou? Próximo orador sou eu. Vereador Sargento Byron, assumo aqui a presidência. Cadê Sargento Byron? Vereador Joaquim assumo aqui a presidência.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Com a palavra, vereador Pastor Diego do União Brasil no Pequeno Expediente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Eu só não entendi se teve o pedido de recomposição ou não. Posso seguir aqui? Pronto. Muito obrigado. Senhor presidente, bom dia. Bom dia a todos que nos acompanham através dos canais de comunicação. Bom dia ao povo aracajuano. Bom dia a todos que estão nos acompanhando. Eu quero aqui nesse momento falar sobre algumas decisões recentes, importantes. E aqui eu quero celebrar, vereadores, quero celebrar a atitude dessa Casa, até na presença do capitão Samuel, celebrar a atitude dessa Casa que recentemente manteve o veto da prefeita Emília Corrêa em relação à criação de uma

loteria municipal. Isso porque no dia de ontem, senhor presidente, isso porque no dia de ontem o ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes, ele suspendeu todas as loterias municipais do nosso país, reconhecendo a fragilidade legislativa, reconhecendo os prejuízos que *bets*, que loterias municipais têm acarretado em nossa nação. Então, no dia de ontem, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Kassio Nunes, suspendeu a criação de todas as loterias municipais, demonstrando que a Câmara Municipal de Aracaju agiu de forma correta quando manteve o veto da prefeita Emília Corrêa, reconhecendo que aquela criação, reconhecendo que a loteria municipal existia vício na sua lealdade e traria prejuízos incontáveis à nossa população, ao cidadão de bem, considerando as patologias, considerando as pessoas que têm sofrido por causa da dependência em jogos, por causa da ludopatia, que é a falta de controle nessas apostas. Então, a Casa agiu corretamente quando manteve o veto da prefeita e isso ficou, Fábio, comprovado ontem quando o ministro Kassio Nunes, ele suspendeu a validade de todas as normas municipais que criavam loteria em nosso, criavam loterias em nosso país. Então, isso demonstra que nós estávamos, que nós estamos no caminho certo, vereador Fábio Meireles. Também eu quero registrar aqui a presença do ex-deputado Capitão Samuel e agradecer pelo convite de uma pauta tão importante que vai ser a inauguração da Casa do Autista. Mais uma forma de cuidado, mais uma forma de atenção aos neurodivergentes na cidade de Aracaju. Por quê? Porque nós precisamos trabalhar todos os dias para a inclusão desse público, para a acessibilidade, para a atenção. Então, parabéns capitão Samuel por mais essa iniciativa, por mais esse trabalho que busca cuidar, que busca acolher, que busca atender as famílias dos neurodivergentes em nosso país. Também aqui, por fim já, eu quero relatar a minha indignação com o que nós estamos vivendo a nível nacional. E, no dia de ontem também nós tivemos uma surpresa com a decisão do ministro Gilmar Mendes, mudando a regra constitucional para que ministro do Supremo Tribunal Federal verdadeiramente fique intocável e não tenha mais possibilidade de sofrer pedido de impeachment, a não ser quando for um pedido do Procurador-Geral da República, o que, em tese, na prática, será algo improvável, algo impossível. Então, quem duvidava da ditadura da toga, quem duvidava do ativismo judicial em nosso país, não tem mais do que questionar, não tem mais o que duvidar. Ontem mesmo o ministro disse que o Brasil tinha um judiciário supremo mais forte do mundo. Então, é esse ativismo que nós vivemos, é essa ditadura que nós vivemos e, enquanto o nosso vizinho é prejudicado, é perseguido, não tem nenhum problema. Mas pode ter certeza que a perseguição que hoje está no seu vizinho, amanhã, ela vai chegar

em você também, ela chegará em você também. Hoje vamos votar possivelmente o PPA, o Plano Plurianual, vamos iniciar as votações do planejamento de trabalho da Prefeitura de Aracaju para os próximos quatro anos. Então, nós estamos aqui muito confiantes, queremos parabenizar a prefeita Emília Corrêa pela preparação de um PPA que de verdade tem o cuidado, a atenção com o povo aracajuano. Muito obrigado. Bom dia a todos. Que Deus abençoe.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Vereador Anderson de Tuca, Vossa Excelência agora vai dar início ao Grande Expediente.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

É no Grande já? Rapaz, até me emocionei. Estou falando três vezes no Grande. Oxe, toda hora. Bom dia, senhores vereadores. Bom dia, meu amigo Capitão Samuel. Esse guerreiro, batalhador, que tem um trabalho excepcional, que salva vidas todos os dias. Que não é fácil, né, a luta no combate às drogas. Eu tenho um grupo, mas perante o trabalho que Samuel tem lá é algo que a gente busca fazer a diferença na vida das pessoas e acabo de receber esse convite da inauguração da Casa do Autista do Batalhão da Restauração. No próximo dia 13, às 14 horas, quem puder comparecer é importante, é um trabalho sério que a gente carece muito no nosso estado e no nosso município. E mais uma vez Capitão Samuel, ele busca fazer a diferença na vida das pessoas sem buscar nada em troca. Isso que é gratificante. A gente utilizar o nosso cunho político, a nossa história política para fazer a diferença na vida das pessoas. Porque estamos aqui, Samuel, apenas de passagem. E Vossa Excelência mostrou, enquanto deputado, com esse trabalho aqui. Eu digo isso porque eu tenho um trabalho social com meu irmão e eu sei os efeitos que as drogas fazem na vida das pessoas. E o Batalhão da Restauração é uma luz para aquelas pessoas. Eu acompanho, participo, e sempre que posso, digo: Samuel, parabéns, que Deus lhe dê força e energia em mais um projeto que não tenho dúvida que dará certo e que possamos ir, colaborar e participar, amigos. Trabalhos como esse têm que ser copiados e expandidos por todo o nosso estado. E dia 13 estarei lá, meu amigo, você merece. Senhores vereadores, quero aqui aproveitar mais uma vez o senhor presidente exercício e meu amigo, Joaquim na janelinha, que duas emendas de nossa autoria foram executadas. A primeira delas foi lá na Travessa Dom Pedro, no meu querido bairro Santos Dumont, onde colocamos o ano passado essa emenda impositiva, com o intuito, meu amigo pastor Alex, de mudar a vida daquelas pessoas. E hoje quem passar por lá vai ver outra realidade.

Foi toda ela asfaltada graças às emendas impositivas. Veja, Lúcia do Flávio, como ela é importante. Essa travessa, ela é pequena, ela fica lá nas vielas próximas ao bairro Santos Dumont, que alguém não viu. Seja Edvaldo, seja João Alves, mas a gente que vive o dia a dia das pessoas, Joaquim, minha amiga vereadora Moana, a gente passa todos, as pessoas cobram da gente. Imagina o poder que tem, vereador Camilo, as nossas emendas impositivas. Então, graças a esse olhar, graças a passar por lá e falar: vai fazer. Porque, antigamente, a gente apenas só fazia o que, vereador Levi? Era pedir. Meu amigo Sargento Byron, hoje, a gente fala: faça, a gente vai destinar o recurso. Isso é gratificante, Fábio. Como Vossa Excelência colocou recentemente para o Posto de Saúde Mazzê Lucas. R\$ 700 mil para equipar. Isso é importante, ou seja, não existe satisfação maior nossa de que ver a vida das pessoas transformadas. Eu não moro na travessa, mas eu sei que quem mora quer sua travessa, quer a sua rua com qualidade. Além disso, não menos importante, a quem eu tenho a gratidão e que eu estou esperando ansiosamente entre o dia 15 e dia 20 que a nossa praça seja entregue, colocamos duas vezes, vereador Fábio. Aí vai aqui a minha tristeza do ex-prefeito. Quando eu coloquei, Pastor Diego, o recurso na rua Florianópolis, ela é uma rua bem extensa. Para quem não sabe, só existe um INSS no Siqueira, é essa rua. Então, quando colocamos a emenda, só dava pra fazer dois trechos. Mas nós entendemos que a prefeitura, ela pode fazer o que ela quiser. Ou seja, ela pode ir até o final. Então, eu estive mais uma vez, custava nada naquele exato momento, já que tinha o incentivo, que era uma emenda nossa, concluir a obra? Infelizmente, vereador Joaquim, com muito carinho que tenho por Vossa Excelência, respeito e admiração, não foi concluído. Eu tive mais uma vez, Moana, que colocar recurso e, mesmo assim, ia faltar um trecho. Mas a prefeita Emília Corrêa disse: “Não, eu não vou deixar faltar esse trecho”, pastor Alex. Minha emenda só daria mais uma vez para fazer dois trechos. E aí, tendo a sensibilidade e sabendo que não é na minha porta, não é na minha casa, não irá beneficiar o vereador Anderson, o vereador Diego, mas sim quem mora lá, pastor. Porque as pessoas pagam o IPTU, as pessoas pagam seus impostos e a gente fica muito feliz porque todas as emendas que eu coloquei relacionadas a redutor de velocidade foram elas aplicadas: na rua de Florianópolis, aqui no Luzia. Nós conseguimos lá, próximo ao Rio Poxim, em diversos bairros de Aracaju, lá na Rua do Acre, Amazonas. Todos eles foram executados. Diferente, vereador Fábio Meireles, de emendas nossas na saúde, que foram usadas não sei na onde, não sei por que tiraram. A gente colocou, vereadora Selma, e não foram executadas. Porque, meu amigo Lúcio Flávio, se você colocou ali, alguém da comunidade, do bairro lhe solicitou. Não é pra

você, mas a gente é o elo de transformação, e sempre frisando, Pastor Diego, o nosso ex-prefeito não queria as emendas impositivas. Lembre-se bem que Vossa Excelência quando chegou aqui, vereador pastor Alex, você não podia dizer não. Ninguém podia bater na porta do seu gabinete e falar: “Pastor Alex, eu queria asfaltar uma rua, eu queria que o senhor olhasse esse posto de saúde”. Você ia só olhar, você ia só solicitar. Hoje através da sua assessoria você pode fazer um planejamento e falar o seguinte: após ouvir vocês, eu pude mudar a realidade desse local. E dizer que o seu mandato de fato é proativo e muda a vida das pessoas, senão nós perdemos a nossa função social, vereador Fábio Meireles. Então, fico muito feliz em ver a execução das nossas emendas, porque essas emendas não são para a minha casa, não é na minha rua, mas sim na vida das pessoas. Então, eu fico muito feliz que a Rua Florianópolis foi ela toda asfaltada. Vai aqui o meu agradecimento tanto ao nosso diretor, competentíssimo, se não me engano, Diego o nome dele, né? Coincidência, né? Diego sempre liga pra ele o tempo todo, nunca vi um negócio desses. Mas, Diego, ele é um cara que faz um trabalho excepcional, é uma pessoa atenciosa e que, de fato, independente de você ser oposição ou situação, se você colocou emenda, a sua emenda vai ser executada. Quero passar a palavra ao meu colega, Pastor Diego. Depois, Fábio Meireles.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE

Eu quero agradecer o aparte de Vossa Excelência e dizer que é bem verdade, que infelizmente isso aconteceu na legislatura passada. Eu passei por isso ali no Celuta Porto, eu tentei fazer o calçamento de toda a região, mas infelizmente teve uma parte que não pôde ser calçada, justamente na rua Celuta Porto, no final do trecho, porque a minha emenda não dava, o valor da emenda era R\$ 700 mil para poder calçar uma rua de 50 metros, aumentaria um pouco mais e não foi possível. Então, infelizmente, essa foi uma prática lamentável que a gente não conseguiu fazer o calçamento de todo o complexo Celuta Porto. Calçamos 90%. Os 10% que não teve de recurso de emenda não foi possível calçar. Mas quero parabenizar a prefeita Emília Corrêa por essa mudança, por de fato ter sensibilidade nesse trabalho em parceria com a Câmara Municipal de Aracaju. Também registrar aqui minha alegria em ver o andamento da obra da praça do Siqueira Campos, uma obra muito aguardada por todos nós. Então, quero registrar minha alegria em perceber o avanço e o desenvolvimento da obra do Siqueira, que Vossa Excelência tem acompanhado e tem cobrado constantemente.

FÁBIO MEIRELES – PDT – APARTE

Eu fico feliz, em primeiro lugar, pelo seu sorriso, sua alegria. Vereador Anderson de Tuca sempre foi simpático, tá fininho, tá afinando, preparado. Tenho acompanhado suas redes sociais, assim como outros colegas que gostam de trabalhar com a população, que levam a sério essa questão de representar a população. Vi o seu vídeo nas ruas, o recapeamento asfáltico. Isso é fundamental para a população, fortalece por demais o nosso mandato, porque nós conseguimos demonstrar, Joaquim, por A mais B, qual é o desejo do parlamentar. Vossa Excelência falou daquelas duas emendas que Vossa Excelência colocou para as ruas que não foram feitas. Mas olha que surpresa o prefeito Edvaldo Nogueira fez: ordem de serviço, projeto, ordem de serviço, só não vai poder inaugurar. Mas aí Vossa Excelência pode, se quiser, convidá-lo. Pelo menos falar o nome dele. Porque aquela obra que Vossa Excelência falava e falava com razão, viu? Prefeito Edvaldo Nogueira, praça do Siqueira Campos, aí o prefeito: “Vou marcar a vida de Tuca, de todos aqueles moradores na reta final.” Olha, Vossa Excelência que é um atleta, e na reta final Edvaldo: “Ordem de Serviço da praça do Siqueira Campos”. Não deixou nem Vossa Excelência ir para lá para fazer uma surpresa no final, para fazer uma surpresa na inauguração. Mas ele abre mão e diz assim: “Tuca, você não vai ver a ordem de serviço, mas vai ver, meu filho, com os braços abertos, a obra que Vossa Excelência tanto quis.” Então, parabéns pelo discurso de Vossa Excelência. É verdade que a emenda impositiva do parlamento é fundamental. Brincadeiras à parte, mas, por favor, Tuca, naquele cantinho ali ao lado do Siqueira Campos, da sua casa, convide o prefeito Edvaldo Nogueira, convide-me para que nós possamos celebrar a alegria da população. Obrigado, Tuca.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Você, eu lhe chamo o tempo todo. Eu acho que na vida a gente tem que ser grato às pessoas. Eu acho que a gratidão é uma virtude, Fábio, que a gente tem que levar para o resto da vida. E Vossa Excelência é grato sim ao prefeito Edvaldo Nogueira. Mas, infelizmente, em todas as obras, Pastor Alex, lá que tem a Universal, a única, Selminha, que não teve ordem de serviço, não sei por que, não sei se é porque eu mudei de partido. Não tem, não tem o registro, Joaquim, da ordem de serviço. Mas palavra ao meu amigo, que senta ao meu lado ali, sempre me abençoando, pastor Alex.

ALEX MELO – PRD – APARTE

Obrigado pelo aparte, vereador Anderson. Eu tenho acompanhado esse um ano agora de mandato, a gente tem visto e observado muitas falas dos vereadores e a gente vê o sofrimento que os vereadores passaram na gestão passada, e como agora os vereadores são valorizados. Eu, graças a Deus, que o meu primeiro mandato eu tive ele na gestão da prefeita Emília Corrêa e graças a Deus por essa prefeita que tem compromisso com a sociedade, tem compromisso com as pessoas e tem terminado obras, porque, se fosse outro prefeito, não terminaria. Como eu falei outra vez, colocaria uma lona em cima das obras e deixava lá, mas ela, por ter compromisso e valorizar as pessoas, ela tem terminado essas obras. Então, parabéns pela vossa fala, parabéns também pela sua luta ali naquela praça do Siqueira Campos. Eu já esperei ônibus ali várias vezes, ali é um lugar bem movimentado. Parabéns também a prefeita Emília por ser essa mulher comprometida com as pessoas, comprometida com a nossa cidade. Obrigado.

ANDERSON DE TUCA – UNIÃO BRASIL – ORADOR

Só para pegar o gancho da fala de Vossa Excelência, esse mesmo projeto iniciou com João em 2014. Já que ele teve oito anos, por que não fez? Oito anos. Lúcio, sabe o que é oito anos? O mesmo projeto. Sabe qual foi a diferença? Emília disse: “2º turno.” Todo mundo sabe, no 1º turno eu votei com a Yandra. Segundo turno: Emília, eu tenho um pedido para lhe fazer, eu não aguento aquela praça, porque toda vez que assume um prefeito ele muda. Não mude, por favor. Ela fez: “Eu vou entregar. Meu objetivo é entregar às pessoas, pra isso as pessoas me colocaram aqui.” E ainda mais, quando você falou do ponto, foi uma conversa que eu tive com ela. Perfeita, deixa eu dar um toque aqui especial, porque é um ponto diferente de Aracaju. Por quê? Você pode ir para outras cidades. Diga-me qual o ponto de ônibus, em Aracaju, que você pode ir para outros municípios? Não existe, só lá. Então, realmente, conversei com a arquiteta, é por isso que ainda não foi entregue, porque ela ampliou, porque quem está ali no ponto está muito preocupado com o sol e com a chuva. Então, tudo isso são mais de cem lâmpadas, somente nessa parte, parece até um miniterminal, uma coisa espetacular, pastor. Vossa Excelência que tem muitos fiéis, muitos eleitores naquela região sabe o que eu estou falando. Então, só pra fazer um comparativo, que, se ela quisesse, ela tinha parado e como os outros: “Não, vou licitar de novo.” “Não, vamos parar a obra.” Isso aqui não está acontecendo. Então, é de se louvar e de se parabenizar o trabalho que tá dando certo. E eu acho que temos que fazer críticas quando tem que se fazer. Sou aliado, Fábio, mas não sou alienado. Já cobre aqui na época de João, já cobre aqui de Edvaldo e continuarei cobrando, quando

for necessário, da prefeita Emília Corrêa. Sou parceiro, não sou alienado. Sou parceiro, quando tiver que aplaudir, vou aplaudir e, quando tiver que cobrar, eu vou. Porque eu acho que a vida, amigo, Fábio, é aquele que aponta os erros, não aqueles que apenas dizem que está tudo certo. Tenha medo. Quando você tiver ao seu lado, Diego, pessoas que disseram que você está sempre certo, abra o olho. Porque nem sempre, pastor, nós iremos acertar. Nem eu, nem o senhor, porque somos todos falhos. Então, todos os dias, temos que estar em evolução. Sei que não posso mudar o mundo. Continuarei tentando. Muito obrigado. Desejo a todos uma excelente sessão.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Próximo orador é o vereador Bigode do Santa Maria.

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD - ORADOR

Bom dia, senhor presidente, Pastor Diego. Bom dia a todos da Mesa. Em nome do Pastor Diego, eu quero aqui falar no nome de um grande amigo meu, Roberto Bomfim. Roberto, você é uma pessoa ótima, viu? Que merece todo o nosso respeito. Não meu respeito, não, todo o nosso respeito. Colegas vereadores, vereadoras, toda a galeria, meu abraço. Deus abençoe a todos, toda a imprensa, meu amigo Eron Ribeiro, Chico de França. Cadê Roberto, aliás, Carlos JK, tá por aí não, né? Tá dormindo lá, tá bom, tá bom, tá certo. Senhor presidente, eu quero aqui fazer um pedido aqui, em nome daquele povo do bairro Aruana, sobre uma pequena polêmica que está existindo na feira da Aruana. Em que ontem eu estive, inclusive estava presente o vice-prefeito, Ricardo Marques, também estava, e aqueles moradores, vereador Joaquim da Janelinha, estavam solicitando a feira, não para este local que o presidente da Emsurb, Hugo, quer colocar. Eu, com todo o respeito a Hugo, mas a gente tem que ouvir, vereador Fábio Meireles, ouvir o povo. Mas qual foi o pedido do povo? Diz que este local, que o presidente da Emsurb, Hugo, quer levar a feira, diz que tem vários ninhos de corujas e diz que tem também ninhos daquele pássaro quero-quero, etc. Eu sei que eu ouvi as reclamações daquele povo ali e achando que a feira, vereador Camilo, fosse ali para aquela praça ali, de frente ali à Praça da Laredo, que é encostada onde é a feira, mas mais na frente um pouquinho, vereador Fábio Meireles, colado onde é a feira, não na rua que é a feira por causa do Canal. Mas naquela praça ali o povo está solicitando para aquele local, em vez de ser para outro local. Mas eu acredito que Hugo vai ouvir sim os anseios daquele povo e vai tomar essas decisões juntamente com a prefeita Emília Corrêa, porque eu sei que eles querem o bem para o povo, não querem o mal para o povo. Eu sei que a prefeita Emília Corrêa e Hugo ouvem

bem o povo. Por isso que eu estou aqui, Hugo, fazendo este pedido, que atenda a este povo que ontem estava reunido. Eu participei um trequinho da reunião e eles fazendo este pedido ao vice-prefeito Ricardo Marques. Outro pedido que eu quero fazer aqui é a prefeita Emília Corrêa. Já fiz este pedido ao presidente da Emurb, mas até o presente momento ainda não chegou nesta localidade. Mas eu quero fazer diretamente à prefeita Emília Corrêa. Como o presidente da Emurb, juntamente com a prefeita Emília Corrêa, está recapeando aquelas ruas ali, do bairro Aruana, como ali o Brisa Mar. Aquelas mediações ali, que, Sérgio Guimarães, recapei aquelas ruas ali do Porto do Mar 1, Porto do Mar 2, e ali do Brisa Mar, que é só paralelepípedo ali, os carros andando em tempo de arrancar, arrancar a suspensão. Olha, pense, é um bate-bate que não é fácil. Então, faço esse pedido ao presidente da Emurb, Sérgio Guimarães, juntamente com a prefeita Emília Corrêa, que todas as secretarias só trabalham assim que a prefeita, aliás, sinalizar. Isso é a verdade. E quero parabenizar, viu, Hugo, pela limpeza que você está fazendo na Zona de Expansão. Passando hoje na caminhada que eu faço e eu vendo canais limpos, aquele lago ali do Brisa Mar todo limpo, uma maravilha, Hugo. Muito bem, parabéns pelo seu belíssimo trabalho e pela sua visão. E quero aqui fazer um pedido também, que já fiz uns dois a três pedidos, mas até hoje não atendeu o meu pedido não, não atendeu ao pedido do povo, é a Energisa. Porque a praça central ali da Aruana ainda continua na escuridão. E isso é parte da Energisa. Em quê? Nas posteações dali da praça, porque as cabeaços, os braços e as lâmpadas são com a Emurb, mas as posteações são com a Energisa. Mas até hoje está lá a praça na escuridão e precisa com urgência, com urgência. Já fiz dois a três pedidos, ou quatro com esse, mas até hoje a Energisa não atendeu os nossos pedidos. Faço mais uma vez este pedido, este apelo à Energisa, que coloque as posteações na praça central da Aruana, que o povo cobra muito da gente e a gente cobra das Vossas Senhorias. Isso é um dever de todos nós vereadores fiscalizar, visitar, fiscalizar e trazer os problemas até o poder público. Eu acredito que a prefeita, juntamente com seus secretariados, vai resolver esse problema. Mas o problema da Energisa é com a Energisa. E o problema das limpezas das ruas, de asfalto, etc., é com a Emurb; limpeza é com a Emsurb, etc. Nós temos que lutar pelo povo. Se o povo colocou a gente aqui, é porque nós temos que representar o povo. E quero fazer mais outro pedido. É a situação ali do Padre. Isso é cobrança que o povo cobra da gente. A situação do Padre Pedro, vereadora Selma França. O povo ali do Padre Pedro, ali, ainda continua os dejetos descendo aí a céu aberto nas ruas. Inclusive ali na rua 28, 29, 30 e 31, aonde chega ali aquela pracinha que só tem o nome de praça, que é um terreno baldio, está lá, está lá. Faço mais uma vez um pedido ao

presidente da Emurb, que reveja com muito carinho, com muita atenção, aquele povo que tanto precisa do olhar do poder público. Outra situação também ali é no Recanto dos Cajueiros, vereador Alex, que o povo cobra constantemente, mas parece que ali tem uma cabeça de um bode enterrado desde as outras gestões. O que foi que a outra gestão falou para mim quando eu cobrava pessoalmente? Disse que ali se encontra com débito e, por este débito, isso disse a outra gestão anterior, e, por este débito, é que está com essas dificuldades, vereador Janelinha, de receber as obras nestes locais: Recanto dos Cajueiros, ali só uma rua do Arrozal, Jardim Recreio, Ponta da Asa e ali um trequinho que foi a primeira rua da Terra Dura na época 1931, que é aquela rua da avenida Amarela. A situação é essa que se encontra no bairro Santa Maria. E outros problemas também ali no São Lucas, que se encontra. É problema em cima de problema. É vazamento nas ruas, não vazamento de cano da Deso, não. É vazamento de esgoto sanitário, vereador Alex. Ali no Residencial São Lucas, ali ao lado da feira. Estes são os problemas que acontecem nos bairros da periferia, mas estou me referindo ao bairro Santa Maria. Tem a palavra o vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – APARTE

Obrigado, vereador Bigode. Um dos assuntos que Vossa Excelência abordou, que é com relação à decisão, ao pensamento da Emsurb de colocar a feira naquele local ali, onde tem o “ninho das corujas”. Eu também fui provocado, vereador Sargento Byron, presidente da Casa nesse momento. E é uma preocupação muito grande. E vai criar, Joaquim da Janelinha, um conflito interno na gestão e com a população. A gente entende e compreende, sendo muito justo e muito honesto, que o Hugo está pensando no melhor, de melhorar, de acomodar. Não é maldade, não está falando disso. Agora, vai chocar o desejo da Emsurb, o pensamento da Emsurb com o pensamento, provavelmente, da Secretaria do Meio Ambiente (SEMA) e da população. Põe um vídeo, por gentileza. Com a permissão de Vossa Excelência, eu vou colocar um vídeo aqui rapidinho. Esse é o local que Vossa Excelência está falando, essa é uma coruja que está aí. Pode soltar o áudio, inclusive, se quiser, viu? (*Exibição de vídeo*). Pronto. Então, essa é a nossa preocupação, pastor Alex. Vossa Excelência, que é muito alinhado com o Hugo, é possível Vossa Excelência conversar com o Hugo para trazer um entendimento junto com a população. Vossa Excelência, que é intermediador e tem um acesso, que é importante ter acesso, eu acho importante, eu também já tive, em trazer uma tratativa...

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD – ORADOR

Mas, vereador Fábio Meireles, eu acredito que o presidente da Emsurb, Hugo, vai atender sim o pedido deste povo. Porque existe, vereador Alex, o senhor que é pastor, eu não sei se é bíblico, que eu não leio muito a Bíblia: “Que a voz do povo é a voz de Deus”. E a gente tem que respeitar o povo. E eu acredito que o Hugo, sim, juntamente com a prefeita Emília Corrêa e toda a sua equipe, respeita o povo. Tenho certeza disso aí. E eu acho bem localizado onde o pessoal, ontem, sinalizou onde poderia ser a feira. E juntamente, inclusive, com o Bertulino Menezes, que é uma pessoa que entende muito bem de feira, e é uma pessoa supereducada, uma pessoa muito atenciosa, o Bertulino. Eu tenho um grande respeito por Bertulino. Eu acredito que entre o Hugo, entre o Bertulino e a prefeita vai ter um acerto, um acordo entre eles. Tem a palavra o vereador Joaquim da Janelinha.

JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – APARTE

Vereador Bigode, primeiro parabenizar pela sua fala e dizer também que eu recebi essa demanda da população da Aruana e pedi à população mais um voto de confiança, porque todas essas mudanças, Fábio, que foram realizadas pela Emsurb; e a gente tira pela praça Tobias Barreto, que hoje a praça Tobias Barreto hoje está bem frequentada, vários comerciantes; o próprio Centro da cidade, que aqui recebemos também os ambulantes, e hoje é uma realidade, o pessoal, todo mundo elogiando. E o Hugo, além de ser morador também, o Hugo já foi comerciante no bairro Aruana. Então, o Hugo conhece muito bem essa região e também o diretor da DIREPA, o Bertulino, que conhece muito bem sobre feiras e tenho certeza que vai ser feito o melhor para aquela população. Porque a Emsurb vem acertando bastante com essa gestão de Hugo, todos os encaminhamentos. E ele sempre diz: “Gente, deixa eu fazer a mudança, deixa a gente ir”. Então, eu tenho certeza que vai ser feito o melhor para aquela população, porque a Emsurb vem acertando bastante com essa gestão de Hugo, todos os encaminhamentos, e ele sempre diz: “Deixa fazer a mudança, deixa a gente...”. Então, eu tenho certeza que vai ser mais uma assertiva também para a população da Aruana esse trabalho que vem fazendo a Emsurb. Parabéns, Bigode, pela sua fala no dia de hoje.

BIGODE DO SANTA DO MARIA – PSD – ORADOR

Muito obrigado, vereador Joaquim da Janelinha. Muito obrigado, Fábio Meireles. Muito obrigado a todos. E quero lembrar uma coisa. É que nem aquela velha história que eu sempre falo, né? Que viola de boca todo mundo toca. É um direito cada um falar o que pensa. É porque eu não terei as fotos. Hoje, eu passando, vereadora Selma

França, ali no 17 de Março, que escola linda! A prefeita Emília Corrêa está terminando ali aquela escola infantil. E a outra escola ali da rota também, 17 de Março ali, escola de ensino fundamental, vereador Alex. Que escola linda! Não sei se o senhor, passando por ali, o senhor viu aquelas escolas, já tá na parte térmica já. Uma maravilha de escola, uma maravilha. Parabéns, prefeita Emília Corrêa. Boa sorte, sucesso na sua jornada, vamos à luta. Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Vereador Camilo Daniel do Partido dos Trabalhadores.

CAMILO DANIEL – PT – ORADOR

Oi, Anderson de Tuca. Alex, depois diga para o Anderson de Tuca que ele deixou o convite aqui, que Capitão Samuel deixou pra ele, viu? Tá aqui. Anderson de Tuca deixou aqui o convite que Capitão Samuel deixou pra ele. Já gravou, eu sei, eu sei. Só pra ele saber, só pra ele saber que ele deixou aqui, né? Muito bom dia, senhoras vereadoras, Selma França, Sonia Meire. Bom dia, senhores vereadores. Bom dia a todos os que nos acompanham aqui na galeria, na TV Câmara, no Youtube. Bom dia à assessoria aqui, todos que estão no Plenário Vereador Abrahão Crispim. O motivo de vir aqui nesse Grande Expediente hoje é pra, meu querido presidente Sargento Byron, triatleta, é pra discutir a respeito do novo marco legal de saneamento. Veja, pra que toda a população que acompanha saiba, há cinco anos foi aprovado o novo marco legal de saneamento, Professora Sonia Meire, foi aprovado, ele vendia grandes ilusões para o povo brasileiro. Dessas grandes ilusões tratava que até 2033, e nós estamos em 2025, mas até 2033 o objetivo era que fosse universalizado o acesso à água, o tratamento e a coleta de esgoto em todo o território nacional. Essa era a grande promessa que o novo marco legal do saneamento trazia para o povo brasileiro. A grande promessa, na verdade, a grande mentira. Nós temos, cinco anos depois, algumas coisas aconteceram de lá pra cá e eu vou comentar algumas delas, porque uma delas tem relação direta com a nossa situação do Estado de Sergipe. Por conta do novo marco legal do saneamento e de uma decisão política, estritamente política, do governador Fábio Mitidieri, ele fez um processo de privatização / concessão da nossa Deso, a nossa companhia de tratamento de água e de esgoto. Processo de privatização. Algo duríssimo, professora Bartira, a senhora está acompanhando, algo duríssimo aqui para toda a nossa população sergipana, com a promessa, que também vendia uma promessa de que os problemas seriam solucionados e que a Iguá, que acabou arrematando essa Deso, a Iguá resolveria os problemas do nosso

povo sergipano de acesso à água e ao tratamento de esgoto aqui do Estado de Sergipe. Cinco anos depois, Chico de França, o senhor que sempre está aqui muito prestativo e sempre nos enrolando sem trazer o pão jacó, mas cinco anos depois nós estamos tratando aqui dos mesmos problemas que há seis, sete, dez anos aconteciam no Estado de Sergipe, na cidade de Aracaju, sendo que houve a aprovação desse novo marco legal de saneamento. Na prática, eu vou comentar aqui com Vossas Excelências e com a população que nos acompanha. Veja, nós tivemos redução, acreditem vocês, nós tivemos redução, Fábio Meireles, no acesso à água nesses últimos cinco anos. Em quase 0,5%, meio ponto percentual nós tivemos redução. Se antes a gente tinha X que tinha acesso à água potável, água tratada, a gente diminuiu esse acesso. A gente teve, Infelizmente, veja, cinco anos depois, faltando aproximadamente acho que oito anos para o prazo final do novo marco legal do saneamento para resolver a questão, nós temos próximo de 50% da população brasileira com acesso ao tratamento de esgoto, por exemplo. Um avanço de tímidos 2% nos últimos cinco anos. E aí eu vou abrir um parêntese para tratar sobre o caso de Sergipe e dizer o seguinte para vocês que estão aqui me acompanhando, Joaquim. Imaginem vocês, no caso do nosso Estado de Sergipe, vou falar de Aracaju, melhor dizer, Aracaju. No caso da Aracaju, Fábio Meireles, a gente era, acho que a capital do Nordeste que maior tinha cobertura de saneamento e de tratamento de esgoto aqui do Nordeste, a cidade da Aracaju. E tudo isso com papel que a Deso tinha de financiamento público. Boa parte desse financiamento público com recurso emprestado do Banco do Nordeste, do Banese, mas que cumpria lá sua missão. Eu lembro que em 2019 eu cheguei a ter uma audiência com o presidente da Deso, na época, Carlos Melo, para cobrar e solicitar a situação do tratamento de esgoto do saneamento do Jardim Centenário. Ele rapidamente me fez um panorama da cidade de Aracaju e disse: “Vereador Camilo, vou te contar uma coisa aqui. A gente precisa - e temos obra e projeto para isso - a gente precisa, no caso da cidade de Aracaju, resolver a situação do Bugio, Jardim Centenário, as obras da Soledade” - que estava iniciando ali em 2019, que acredito que já está praticamente finalizada, a gente tinha problemas, mas que já finalizou. “E a Jabotiana”, que estava iniciando na época, “e aí nós vamos chegar em 90%. Vai faltar apenas a Zona de Expansão da cidade de Aracaju para a gente chegar em praticamente 100% de cobertura de esgoto e de tratamento de esgoto”, vereador Byron, na cidade de Aracaju. Veja, nós estamos falando de uma empresa, a Deso, que resolveu o problema praticamente sem um real de incentivo da iniciativa privada, vereador Byron, que a Deso tem competência para tratar desse caso. Eu quero aqui comentar uma coisa com Vossas Excelências, nós chegamos

no governo Déda, Sonia Meire, Déda governador, nós chegamos a ter mais de 90% de rede de encanação, de cano aqui no Estado de Sergipe, inclusive na zona rural, 90%. Chegamos a 90%. De luz chegamos em 100%, por conta do “Luz Para Todos”, mas de água nós passamos de 90%. E a tendência do governo Déda, obviamente que ele faleceu em 2013, mas a tendência do governo Déda até o final era concluir tudo. Nós tínhamos questões ainda a ser resolvidas. No Alto Sertão Sergipano precisava ter duplicação de uma ou outra adutora. Tinham questões para serem resolvidas. Mas o sentido era que as coisas andavam, caminhavam, para que a gente conseguisse resolver o acesso à água e ao tratamento de esgoto. Fecho parênteses sobre a situação de Aracaju. E agora eu trago a questão, veja, nós temos, acredito que pouco mais de um ou dois anos, um ano, acredito, que a Deso foi vendida. Um ano, não é, Sonia? Um ano que a Deso foi vendida. Nós temos a Iguá operando o serviço aqui de água e de esgoto na cidade de Aracaju, numa situação que a Iguá não gastou um centavo com a ampliação da rede de água, não gasta um centavo para fazer a ampliação da rede de tratamento de esgoto, por exemplo, por quê? Já comentei, a Deso avançou em tudo isso. E a gente chega agora num ponto que todo dia, todo dia tem reclamação de falta de água, todo dia tem reclamação de problema do esgoto. Eu já cansei, é muito triste, porque a gente comenta, a gente conversa, a gente cobra, a gente denuncia. Eu fui autor de duas ações populares praticamente para que a gente barrasse o processo de privatização da Deso. E a gente vê que não há progresso. O tratamento, o tratamento com relação ao serviço de água, ao esgoto, ele não tem avanços. A gente tem no Estado de Sergipe um estado que conseguiu avançar enquanto Deso, pegou as principais fatias do negócio, o que dava lucro, rendimento, jogou para a Iguá, porque essa aí é a segunda coisa que eu quero tratar. Veja, na verdade, o que o novo marco legal do saneamento fez em todo o país foi atrair a iniciativa privada. Agora, o que é a iniciativa privada? Que é para ninguém, né, ficar imaginando, “não, iniciativa privada”, isso é uma coisa muito abstrata. Grandes empresários passaram a dominar o serviço de água e de esgoto no país inteiro. Então, a gente tem situações que são gravíssimas e, em alguns lugares, como o caso de Alagoas, a gente começa a ter um processo de tentativa de reversão da privatização que foi feita. Então, da empresa BRK, no caso de Alagoas. Então, o que a gente observa... O governador Fábio Mitidieri inclusive - acredito que tem alguns meses atrás, um ou dois meses atrás - chegou a questionar diretamente a Iguá, pedindo: “Ó, resolva esse negócio aqui”. Porque, como ele acabou, vereadora Selma França, dando, vamos dizer assim, a credibilidade de que ele resolveria através da Iguá e não resolve nada, praticamente a crítica também vem no ombro dele. Vem no ombro dele,

na situação, já que ele fez a opção política pela venda. Então, acho que o que a gente tem que pontuar aqui, e aí não é só uma concepção, né? Eu tenho uma concepção, concepção de que água não é mercadoria, uma concepção de que esse serviço tem que ser público, uma concepção de subsídio cruzado, ou seja, Aracaju, que mais arrecada, paga para Monte Alegre, para os lugares mais longes, chega água, eu tenho essa compreensão. Veja, além da convicção. Eu estou falando aqui de funcionalidade. Veja, nós estamos falando aqui de resolver ou não o problema. A Deso resolvia o problema. Eu denunciava lá atrás, eu dizia: se há uma coisa aqui, é falta de gestão. Se há uma coisa, é uma investida de quem governa esse negócio chamado Deso, esse negócio chamado Sergipe, para fazer o negócio não andar, para fazer a Deso ser criticada por todo mundo, que é para fazer com que o povo tivesse vontade de que se privatizasse para resolver o negócio. Ponto. Eu denunciava isso aqui. Privatizou, não resolveu nada, está uma situação cada dia que passa mais complicada e a gente voltando aqui a denunciar isso. Então, eu acho que esse daqui, esse era o ponto - eu vou passar um aparte para a Professora Sonia Meire - mas esse era o ponto que eu queria trazer para Vossas Excelências. A gente precisa fazer um debate mais sério a respeito desse novo marco legal do saneamento. São 5 anos, faltam 8 para que os resultados desse marco, os resultados desse novo marco legal do saneamento sejam colocados para dizer: ó, resolveu, universalizou. Faltam 8 anos e a gente não tem avanço nenhum aqui. Não tem avanço nenhum. E onde tem avanço é muito tímido. Onde teve avanço, na verdade, houve por conta das empresas públicas que através do financiamento público fizeram e dos seus governadores que fizeram a opção política para resolver e ampliar esses sistemas de água e de tratamento de esgoto. Professora Sonia Meire, um aparte da senhora.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Então, bom dia, vereador Camilo. Primeiro dizer que eu tenho total acordo com a análise que o senhor traz aqui hoje. E queria apenas fazer uma complementação sobre o processo específico da concessão feita aqui pelo estado. Na época, pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe e de outras universidades de São Paulo, daqui da Paraíba também, universidades públicas, fizeram uma análise sobre o contrato que estava posto. Nós temos que nos voltar para esse contrato hoje, porque esse contrato também fere as próprias normas desse malfadado projeto, plano, como o senhor está criticando, porque aqui foi feita uma cópia e uma cópia malfeita, e comete vários equívocos no processo, que vai diretamente atingir o acesso à água, as condições e, além disso, não traz até o

próprio controle social, né? O que é que a Agrese está fazendo? A Agrese está fazendo, né? Além do controle social, nós temos outro problema, que, quando a Deso era totalmente pública, nós já vínhamos defendendo o controle social, inclusive por parte dos trabalhadores e usuários, que nunca teve e continua sem ter, piorou agora. Além disso, nós não temos nessa nenhuma responsabilidade da Iguá com a conservação do meio ambiente, com o debate que é hoje essencial por conta do assoreamento dos rios, por conta das condições dos aterros, da poluição, da destruição ambiental. E isso ficou sob a responsabilidade da empresa Deso, que, no momento que faz essa concessão, não aprofunda os recursos, inclusive para melhorar a própria Deso, e...

CAMILO DANIEL – PT – ORADOR

Exatamente. Exatamente. Exatamente. Porque, inclusive, eu só rememorando aqui, Professora Sonia Meire, essa última fala sua que não saiu aqui no áudio, que a senhora termina dizendo: “E vai, inclusive, botar o restinho dessa Deso para vender”. Em outras palavras. Eu lembro que no dia da aprovação aqui da lei que criou as microrregiões, que mudou as microrregiões, eu fiquei aqui na assembleia, junto com o Silvio Sá, até quase meia-noite. E, dentro da pauta, imagine, você tinha a pauta que alterava as microrregiões, que foi o que deu base para a privatização da Deso, mas, na mesma pauta, colocou-se lá outro projeto para acabar privatizando, vendendo ou acabando as empresas não lucrativas, ou seja, você coloca para a Deso funções que não têm nenhum lucro, nenhuma possibilidade de lucro, exatamente com o objetivo de depois privatizar, vender, encerrar e acabar as atividades. Bom, era esse meu pronunciamento e quero aproveitar aqui esses últimos 20 segundos para dizer o seguinte: prefeitura de Aracaju, Emurb, Emsurb, tem que resolver a situação do banho doce, viu? Vereador Byron, hoje eu estava correndo lá, está destruído o banho doce, né? A gente precisa resolver isso, viu? Porque, senão, depois do mar, a gente não tem como melhorar um pouco o nosso astral, não é? Tem que resolver isso, viu, Prefeitura de Aracaju?

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Com a palavra, o Excelentíssimo vereador... Declinou o vereador Joaquim. Vereador Lúcio Flávio do PL. Grande Expediente, vereador Lúcio. Miltinho Dantas ausência momentânea. Vereadora Moana Valadares no Grande Expediente. Declina. Vereadora Selma França do PSD. Declinou? Pronto. Então, solicito a Joaquim para que eu possa fazer uso da tribuna rapidamente. Vou ser bem breve.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Com a palavra, no Grande Expediente, vereador do MDB, vereador Sargento Byron do Estrelas do Mar.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Bom dia, senhores e senhoras vereadores e vereadoras dessa Casa. Bom dia a todos os técnicos, assessores, jornalistas, pessoas que nos acompanham através de todos os meios de comunicação da Câmara Municipal de Aracaju, TV Câmara. Como sempre, faço a minha autodescrição, sou uma pessoa preta, usando um terno azul-escuro, uma gravata em tom, acho que é lilás, eu sempre confundo. Que cor é essa, Jaque, por favor? Lilás? Uma camisa interna branca, mais ou menos, não é, Fábio? Uns óculos de armação oval, transparentes, cabelo preto, baixo, grisalho. Ao fundo da minha imagem, um painel ripado e uso bóton referente à Câmara Municipal de Aracaju. Como sempre, eu faço menções a temas da cidade, temas que precisam de atenção dos vereadores, do poder público. Paranhos, eu mandei um videozinho para você rapidamente aí. Há pouco, o colega e vereador Bigode abordou sobre a instalação de uma feira livre na Aruana, em um local onde a população também nos chegou, Joaquim, através de vídeos, marcações, para que nós pudéssemos colaborar, para equacionar essa situação, que é a defesa do meio ambiente, dos animais que ocupam aquele espaço e também a necessidade de um espaço público para que as feiras livres aconteçam, em especial, a feira da Aruana. E eu sei da propriedade que a prefeita Emília tem de ouvir a população, de ouvir os reclames da população e tentar, diante da necessidade, fazer com que todos sejam atendidos, sejam aqueles que ali estão protegendo a fauna local e também quem faz uso das feiras livres. Então, eu faço assim, como os colegas, coro, para que o amigo Hugo Esoj, em especial o Bertulino Menezes, que é o responsável pelas feiras, não é, vereador Joaquim? Que vá conversar com a população e veja, diante da situação concreta no local, como pode realocar ou destinar uma parte daquele local ali sem ofender os animais ali que estão todos os dias, já estão há mais tempo que a população, possa ajudar nisso aí. Então, eu sei da responsabilidade que o senhor Bertulino tem, do Hugo Esoj e, principalmente, da Prefeita Emília, em ouvir a população e poder equacionar esse problema. Eu queria aqui, mais uma vez, a gente vai apontando os problemas da cidade e também a gente tem a missão também de trazer quando elas são resolvidas. Thiago, coloca esse vídeo rapidinho aí. *(Exibição de vídeo)*. Bairro Atalaia, no Morro da Atalaia. A população aí sofria há muito tempo. *(Exibição de vídeo)*. Então, tenho a felicidade, Pastor Diego, de estar mostrando

os dentes, como o senhor, assim, quando a gente vê as coisas se realizando, sendo executadas, né? As nossas emendas. E falo isso com muita satisfação, porque lutamos muito, né? O vereador Breno, cara muito corajoso, trouxe-nos as emendas impositivas e todos enfrentamos todas as barreiras pra que elas viessem a se tornar realidade. Então, quando o povo da Atalaia, quando o povo do Celuta Porto procura o senhor, o vereador Breno na Aruana, no bairro América, na cidade de Aracaju, e pede que o senhor indique as emendas impositivas para essa questão de recuperação asfáltica, né? O Centro da cidade de Aracaju está sendo todo recuperado e a gente ouve muitos elogios com relação a isso. Então, a população da Atalaia, onde eu cresci, vereador Joaquim, esperava por muito tempo, porque o morro, a população mais carente, né, de todos os serviços públicos pudesse... “Byron, assim que você puder, indique a prefeita pra que seja executada essa obra aqui. A gente trafega com dificuldade, vários buracos.” Ali no Morro, Joaquim, o paralelepípedo já desgastado, os carros patinavam, né? Quem tem carro naquela região, com risco de ter algum acidente. Então, quando a gente chega aí e vê, aponta: Diego, diretor de operações da Emurb, eu queria que a emenda impositiva, que nós destinamos pra Emurb, fosse de recapeamento asfáltico, fosse colocada naquelas ruas, ali naquele bairro. E assim foi feito. E eu queria aqui parabenizar o Diego, diretor de operações, por executar nossas emendas, o secretário Sérgio Guimarães, e, em especial, a prefeita Emília por não colocar nenhum óbice para que essas emendas saiam do papel. Com a palavra, o vereador Joaquim.

JOAQUIM DA JANELINHA – PDT – APARTE

Vereador Sargento Byron do Estrelas do Mar, quero falar da minha alegria de ver o resultado aí das nossas emendas, da sua emenda aí no bairro Atalaia, o bairro que eu conheço, o bairro que você convive, que você nasceu, você foi criado, sua família ali Byron, ali da rua do Colégio Brasil, ali é o morro, o antigo Morro da Atalaia, no condomínio ali Santa Cecília, Condomínio Estrela do Mar. Então, ver aquela região que você conhece muito bem, a mudança agora da UBS, uma nova UBS também para o bairro Atalaia, parabenizar, meu amigo. É motivo de muita felicidade de ver o seu trabalho mudando a realidade do bairro onde você nasceu e foi criado. Parabéns, meu irmão. Continue com esse trabalho.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

E assim que a gente apresenta a execução dessas emendas, as pessoas que nos acompanham através das redes sociais chegam com outras demandas da cidade, de outros

bairros, né? E que precisam dessa atenção. Então, nós vamos continuar indicando para o Executivo Municipal, porque, quando nós não tivermos os recursos das nossas emendas sendo executados, a gente mostra a importância de serem atendidas aquelas outras áreas da cidade, outros bairros, porque a gente sabe que a emenda é finita. Nós que temos como colaborar com essa melhoria de infraestrutura também temos parcerias com entidades não governamentais, Professora Sonia Meire, como o GACC, como a AMO, dentre outras instituições, CIRAS, APAE, que também nós destinamos através das emendas livres alguns recursos. Então, a ideia é que a gente possa, junto com o Executivo, o que não couber nas nossas emendas, apontar e ver o Executivo Municipal melhorando a qualidade de vida dessas pessoas. Vereador Lúcio Flávio. Ah, pela ordem, não é? Então, vereador Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE

Vereador Sargento Byron, primeiramente, meu amigo, quero te parabenizar em público pelo último domingo você ter completado a prova do Ironman. Então, sua inspiração para todos nós. Parabéns pela sua dedicação, seu esforço. E também registrar minha alegria em perceber o seu compromisso com a sua comunidade, com a comunidade do bairro Atalaia, em perceber a sua satisfação. Isso é uma conquista muito grande das emendas impositivas, você poder ver o seu povo ali e dizer: todo esse calçamento, toda essa recuperação foi origem do meu trabalho. Então, você ir de porta em porta, ver a gratidão das pessoas. Eu senti essa experiência na rua Vicente Celestino, no bairro Suíssa, uma rua que, por gestões e gestões, eles tentaram a recuperação asfáltica e eu pude ajudar e percebi a gratidão. E sei que isso você vai colher, Byron, no bairro Atalaia. E não só por esse trabalho, mas por tudo que você tem realizado. Parabéns pelo seu trabalho, parabéns pelo seu mandato. Pode ter certeza que você faz um trabalho e um mandato que traz muito orgulho para essa Casa e muito orgulho para cada eleitor que confiou em dar um voto de confiança ao vereador Sargento Byron. Então, parabéns, continue assim e pode ter certeza que seu trabalho traz muito orgulho para todos nós.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Diego, cada realização, Pastor Diego, Vossa Excelência entende que cada realização dessa, em parceria com o Executivo, traz-nos uma responsabilidade maior de estar em parceria com o Executivo, vereador Breno, para que o que nós apontemos saia do papel. É fato, muitas das vezes a população confunde a nossa atuação com a do Executivo Municipal, achando que nós podemos tudo, mas, quando nós temos

alinhamento, quando nós conseguimos mostrar que as demandas da população não são nossas, e sim do povo que confiou tanto a nós quanto ao Executivo Municipal o voto, quer que ela saia do papel. Então, quando eu aponto para o Executivo Municipal que a UBS precisa de uma climatização, é porque nos chegou essa necessidade. Quando eu aponto que a praça da Coroa do Meio e da avenida Desembargador Antônio Góes precisa de uma revitalização, é porque chegou até o nosso mandato e, infelizmente, com as nossas emendas, nós não conseguimos resolver sozinhos e precisamos, sim, do apoio do Executivo Municipal. Então, em todo momento, a gente precisa que o Executivo, a prefeita de Aracaju, a prefeitura entenda que todos os reclames, todas as situações que chegam até os nossos mandatos são situações de contribuintes, de pessoas que confiaram na prefeita Emília, na resolução dos problemas. São inúmeros, são problemas que já vêm de outras administrações e que, lógico, a população anseia que sejam resolvidos, mas passo a passo, pouco a pouco os problemas estão sendo resolvidos e a população espera que através dos nossos mandatos, vereador Fábio, a gente consiga, não só com discursos, resolver esses problemas. Então, a ideia é que a gente possa estar sempre alinhado, apontando os problemas para que os problemas sejam resolvidos por quem compete. Então, o nosso mandato continua à disposição do povo do Aracaju. Vamos continuar visitando as comunidades, os bairros e levar à prefeita Emília e aos seus demandados, secretários, todas as situações que chegam até nós para que possamos aproximar a população, a comunidade do Executivo, para que a qualidade de vida que a população espera venha a acontecer. Muito obrigado. Bom dia a todos e a todas. Um excelente dia e sessão a todo mundo.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Pela ordem, vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – PELA ORDEM

Muito obrigado, senhor presidente. Apenas para trazer um esclarecimento aqui sobre um vídeo que circulou, acho que ontem, acerca da insinuação: “Prefeita Emília participa de evento que descumpra lei que ela mesma sancionou”. Na verdade é a lei sobre fogos de autoria do vereador Breno Garibaldi. A empresa, eu fiz questão até de mandar para o vereador Breno, que foi o primeiro a me cobrar, veio até mim. E, a título de

esclarecimento, primeiro, a prefeita não tem como adivinhar, a capacidade de ser vidente, prever o futuro, ela não está ainda sobre a prefeita. E, segundo, esse evento pertencia a Fecomércio, que exigiu o devido rigor e cumprimento da lei, e a empresa de fogos emitiu uma nota oficial dizendo que a lei não obriga fogos serem 100% silenciosos. Ela estabelece os decibéis e, segundo ela, em nota técnica, apresentou o cumprimento desses decibéis. Por isso eu queria deixar claro aqui para os colegas vereadores.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO JOAQUIM DA JANELINHA – PDT

Pela ordem, Professora Sonia Meire.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Eu gostaria de comunicar que, enquanto nós estamos aqui, e daqui a pouco vai começar a nossa sessão, onde tem um projeto de lei sobre o programa de escola cívico-militar, está acontecendo uma reunião no Conmea para discutir exatamente a tentativa de aprovação da alteração curricular, a qual eu fiz uma crítica ontem que necessariamente não precisava retirar carga horária das disciplinas da educação física, história e geografia para fazer essa mudança. Então, isso não é uma mera coincidência e eu fico muito triste com essa, com a forma que a educação... Será que a prefeita, a secretaria, a Semed e o seu partido são contra a educação pública da forma que nós temos lutado nesse país para estruturar? Fica aqui o meu repúdio a essa reunião de hoje e a forma que está sendo conduzida de forma antidemocrática essa alteração curricular.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON – MDB

Próximo orador, Joaquim, estou aqui sem a lista. Vamos suspender a sessão por alguns momentos.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON - MDB

A sessão está reaberta, vamos dar início a... Vereador Lúcio Flávio. Vereador Camilo. Perfeito. Vereador Lúcio, por favor. Pauta da 107ª Sessão Ordinária, 4 dezembro de 2025. Solicito ao vereador Camilo que faça a leitura bíblica.

CAMILO DANIEL – PT – LEITURA BÍBLICA

“Louvai ao Senhor. Bem-aventurado o homem que teme ao Senhor, que em seu mandamento tem grande prazer”. Salmos 112:1.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO SARGENTO BYRON - MDB

Amém, amém! Muito bem! Amém!

Projeto de Lei de n.º 231/2024 (leu). Autoria do vereador Breno Garibalde. Em redação final. Em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-lo, vai à sanção.

Projeto de Lei de n.º 71/2025 (leu). Autoria do vereador Iran Barbosa. Em redação final. Em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-lo, vai à sanção.

Projeto de Lei de n.º 283/2025 (leu). Autoria do vereador Breno Garibalde. Em redação final. O projeto se encontra em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-lo, vai à sanção.

Projeto de Lei de n.º 308/2025, em urgência (leu). Faltando parecer da Comissão de Constituição e Justiça e Redação e da Comissão de Educação e Cultura. Pastor Diego para emitir o parecer.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Senhor presidente, esse projeto estava na minha relatoria na Comissão e nós estávamos preparando o parecer para poder solicitar ou pela própria Comissão indicar a alteração do termo “autorizo”, porque estava um projeto autorizativo, só que a própria Moana, ela já apresentou também uma emenda, pediu que a gente apresentasse essa emenda para poder corrigir e deixar de ser autorizativo. Então, como eu sei que já tem emenda protocolada, eu voto pela tramitação, porque aí o projeto deixará de ser um projeto autorizativo. Voto pela tramitação. Como vota a vereadora Sonia Meire?

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Eu voto contrário, porque, mesmo com essa mudança no decurso, o projeto não deixa de ser inconstitucional. E gostaria aqui de ler qual é a base que nós tomamos para falar da inconstitucionalidade e legalidade do projeto. Primeiro, há um vício de iniciativa a criação de um programa como esse, de competência privativa do Executivo. O projeto, segundo a Constituição Federal, artigo 61, e a Lei Orgânica do Município de Aracaju, estabelece que é privativa do chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições de secretarias e órgãos da administração pública. E o projeto de lei, ele cria um programa que interfere diretamente na estrutura da Secretaria Municipal de Educação, que é a SEMED. Também há um problema na questão

do regime jurídico e provimento de cargos públicos. A contratação ou remuneração de militares inativos exige lei de iniciativa do Executivo, criando despesa e regulando o quadro de pessoal. Um projeto de lei de autoria legislativa, como um programa que gera despesa e atribui novas é frequentemente interpretado pelo Supremo Tribunal Federal como invasão de competência e, portanto, inconstitucional, ilegal por vista de iniciativa formal. Também há outra questão: impacto orçamentário financeiro, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal. O projeto de lei em análise, ao prever a contratação de militares da reserva ou reformados para atuar nas escolas, gera despesa. Requisito da LRF: “Exige para projetos que criam despesas obrigatórias de caráter continuado a estimativa do impacto orçamentário-financeiro para o exercício em que entrar em vigor e para os dois seguintes”, do artigo 16 (*leitura do artigo 16 Lei de Responsabilidade Fiscal*), “além da demonstração da compatibilidade com o PPA e a LDO”. É cristalina a ausência desse estudo de impacto financeiro e orçamentário no projeto de lei, o que implica uma flagrante ilegalidade por afrontar diretamente a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Orgânica.

Item 3: A gestão democrática LDB. “A Lei Complementar Municipal n.º 166, de 2018, dispõe sobre a gestão democrática na rede de ensino de Aracaju e estabelece a participação da comunidade escolar na definição e implementação de decisões pedagógicas e administrativas, principalmente por meio dos conselhos escolares e da eleição da equidade diretiva, segundo as fontes 1.2 e 1.5. 1 – Princípio da gestão democrática. 2 – “A Lei Complementar Municipal n.º 166, de 2018, estabelece a autonomia da gestão administrativa financeira e pedagógica e a participação da comunidade escolar na definição das decisões, segundo o artigo 2º, inciso I e II”. Há outro problema, conflito potencial. O projeto de lei em apreço deve prever expressamente que a adesão da escola ao modelo cívico-militar será precedida de consulta pública com quórum qualificado da comunidade escolar, pais, professores e alunos, sob pena de afrontar a legislação municipal vigente e o artigo 14 da Lei de Diretrizes e Bases da LDB, Lei Federal n.º 9.394/96. D – Há jurisprudência predominante no STF quanto à lei conforme está sendo posta. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sob projetos de lei autorizativos, mesmo tendo mudado o nome, o programa como um todo, ele implica necessariamente nessas mudanças, ele é amplamente dominante e restritivo, especialmente quando tais projetos são de iniciativa parlamentar e versam sobre matérias de competência privativa do Poder Executivo. A tese central do STF pode ser resumida na ideia de que a natureza autorizativa de um projeto de lei não tem o poder de sanar o vício de iniciativa se a matéria tratada for reservada ao Executivo. Então, há uma

inconstitucionalidade formal. Há também que as matérias reservadas são privativas do chefe do Executivo, as leis que dispõem sobre criação, estruturação, atribuições e funcionamento de órgãos da administração pública - como eu já citei - regime jurídico e provimento de cargo de servidores públicos, o que incluiria a contratação e remuneração de militares da reserva para a função, organização administrativa que implique aumento de despesas. E aí nós temos todas as questões postas que o próprio PL não obedece. O Projeto de Lei Cívico Militar em Aracaju é de iniciativa de uma parlamentar e nele consta contratação / remuneração, contratação de militares da reserva, modifica estrutura, atribuições, criar uma nova divisão ou obrigação dentro da Semed ou da Guarda Municipal, o que atenta frontalmente à jurisprudência predominante no STF, devendo ser considerado inconstitucional por vício de iniciativa, mesmo que seja meramente autorizativo. Análise do mérito: nós avaliamos a adequação da proposta aos objetivos educacionais de Aracaju. Primeiro, o PL busca geralmente replicar modelos com foco em disciplina e civismo, visando melhorar o ambiente escolar e reduzir a violência. Desempenho acadêmico, utilizando a maior organização administrativa como meio para melhores resultados do IDEB. É válido, no mérito, questionar se o mesmo objetivo não poderia ser alcançado por outros meios, como o fortalecimento da gestão civil, a valorização do magistério e o investimento da infraestrutura, respeitando integralmente a autonomia pedagógica. Aspectos pedagógicos e funções dos militares. Segundo a LDB, artigo 61, define que a educação básica deve ser exercida por profissionais da educação. O projeto de lei não pode submeter os profissionais da educação à organização do trabalho por militares, por civis militares, que não são da educação e não foram para a escola a partir de concurso público, como o nosso regime coloca. Dentre esses aspectos e tantos outros que nós também podemos observar no mérito do projeto. O debate sobre a atuação militar em áreas pedagógicas no contexto das escolas cívico-militares toca em princípios fundamentais da LDB e da Constituição Federal. A jurisprudência e o entendimento técnico-pedagógico predominante são de que a interferência militar no currículo é inconstitucional e ilegal e o cerne da inconstitucionalidade reside na violação de dois pilares centrais na educação brasileira: a gestão democrática e a natureza civil do magistério. A inconstitucionalidade por invasão de competência da própria LDB é clara ao definir as responsabilidades dentro da escola. Profissionais da Educação: O artigo 61 estabelece que a formação e atuação na educação básica são atribuições de profissionais da educação, o que inclui professores, especialistas, técnicos com formação específica. Os militares da reserva geralmente não possuem formação pedagógica para o exercício

da prática que ele vai realizar da docência, ainda que sejam em atividades extracurriculares. Competência pedagógica: A elaboração e execução do projeto político-pedagógico é uma atribuição do coletivo escolar, professores, direção civil, conselho escolar, conforme o artigo 12 da LDB. A substituição ou subordinação de professores e militares nas atividades extracurriculares ou curriculares, porque o currículo envolve tudo o que é feito na escola, existe uma concepção de currículo que nós precisamos defender. Mesmo atividades colocadas como fora da Base Nacional Curricular que ocorre na escola é currículo. Isso é currículo. Isto configura, essa prática por meio da atividade militar, configura desvio de função e invasão de competência legalmente estabelecida. A atuação militar deve ser restrita à atividade de apoio administrativo, cívico, de infraestrutura e disciplina. Qualquer intervenção na proposta curricular, no conteúdo, no método, viola a LDB. Embora o projeto tenha colocado que a atuação militar vai se dar em atividade de apoio administrativo, há também um debate que é preciso ser feito sobre os próprios objetivos, que os professores, os trabalhadores não podem ficar subordinados às decisões de militares no interior da escola. Portanto, afronta os princípios constitucionais da educação, conforme a Constituição Federal de 88, em seu artigo 206, que estabelece princípios que garantam a pluralidade e a liberdade de ensino. Liberdade de aprender e ensinar, artigo 206, a imposição de uma única visão de mundo, disciplina rígida ou método fechado, típico de algumas instituições militares, vai inibir a liberdade de cátedra dos professores e o pensamento crítico dos alunos. Pluralismo de ideias. Artigo 206, inciso III, a educação cívico-militar não pode se sobrepor ao pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. O ambiente escolar é um espaço de debate e diversidade e não de uniformização ideológica. Gestão Democrática. Artigo 206, inciso VI, a militarização da gestão, especialmente se centralizada, pode esvaziar a participação do conselho escolar e dos pais nas decisões pedagógicas, contrariando a LDB e a Lei Complementar Municipal n.º 166/ 2018, de Aracaju. Por essas razões de inconstitucionalidade é que nós votamos contrário que esse projeto passe a ser discutido por esse plenário. E, caso ele seja aprovado, nós vamos discutir outros elementos que não são possíveis de ser discutidos no nosso voto. Portanto, todas as argumentações que eu utilizei aqui têm uma base legal para justificar, como todos os senhores e as senhoras aqui escutaram, a inconstitucionalidade frontal de um projeto como este. É uma afronta à Constituição Federal e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Brasileira e também à Lei Complementar que rege a educação no Município de Aracaju.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Como vota o vereador Anderson de Tuca?

ANDERSON DE TUCA – MEMBRO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Com o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ad hoc o vereador Lúcio Flávio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Voto pela tramitação, acompanhando o relator.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente, aprovado. Ela deu o voto dela. Aprovado. Quatro votos favoráveis e um voto contrário. Entendi. Eu votei favorável. Anderson de Tuca votou favorável. Lúcio Flávio favorável. Sonia, faltou um? Então, perdão. Então, está faltando um. *Ad hoc* com vota o vereador Levi? O relator fui eu.

LEVI OLIVEIRA – PP - MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Com o relatou, senhor presidente.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Aprovado, presidente, 4 votos a 1.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Vamos à Comissão de Educação. Professor Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL - PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Bom dia, senhoras e senhores parlamentares. Bom dia a todos que acompanham aqui a sessão. Obviamente, fazer um debate de tão larga envergadura, eu tinha que vir aqui ocupar a Tribuna da Casa, na condição de presidente da Comissão da Educação que avoco para mim agora o relatório deste projeto de lei. E quero começar. Eu pediria a atenção dos colegas parlamentares, porque nós estamos aqui tratando de algo muito sério, uma iniciativa que precisa ser compreendida dentro do contexto da educação nacional. E eu quero começar fazendo uma arguição aos colegas parlamentares se atentaram para o seguinte, há um princípio fundamental do direito financeiro, do orçamento brasileiro que determina que programas, eles são impedidos de serem criados se não tiver previsão orçamentária. Minha pergunta é: esta Casa tem informação de que o orçamento público do Município de Aracaju tem previsão para este novo programa? Porque há um princípio que é fundamental no direito brasileiro, que é o de você respeitar a existência de previsão orçamentária para isso. Presidente, eu estou sem o tempo aqui, eu estou sem acompanhar meu tempo. Ah, tá, eu estou relatando, desculpem. Veja, essa é uma questão preliminar. A criação de um programa sem previsão orçamentária, a menos que os senhores me provem que ou no orçamento já existente ou na lei orçamentária anual que nós estamos discutindo tem alguma previsão para isso. Isso é um argumento preliminar para nós organizarmos o nosso trabalho, porque nós não podemos criar programas da nossa vontade, não é? Da nossa vontade. É preciso que haja o entendimento de como é que prevê a legislação brasileira. E, do ponto de vista orçamentário, há uma exigência de que os programas tenham previsão. Portanto, seja previamente estabelecido lá. Isso é princípio fundamental do direito financeiro e do direito orçamentário aqui no nosso país. É uma coisa pisada, repisada. Tinha dispositivo, tinha dispositivo regimental. 3 minutos? É, mas todos os presidentes falam, falam como querem, eu quero reivindicar aqui o mesmo tratamento. Há um dispositivo regimental, havia, é preciso verificar, um dispositivo regimental que também tinha essa previsão. Mas, ainda que não tenha, isso é princípio do orçamento brasileiro e do direito financeiro. Primeira coisa. Mas não é só isso. Não é só isso. É preciso que os colegas parlamentares compreendam o seguinte: nós estamos tratando aqui de matéria constitucional. A Professora, vereadora Sonia Meire, já fez aqui uma série de observações e quero incorporá-las à minha fala na Comissão de Educação, porque foi uma fala que ela fez na Comissão de Justiça e Redação, arguindo, avaliando a inconstitucionalidade do projeto; e eu quero chamar a atenção aqui dos colegas. Vejam, essa é uma matéria constitucional. A Constituição determinou quem pode legislar sobre diretrizes da educação. E só há um ente federativo que pode legislar sobre

isso, chama-se União. Só um ente federativo que legisla. Concorrentemente, de forma supletiva, aí aparece o estado e o município muito menos. Ocorre que a matéria que nós estamos tratando aqui é matéria de competência exclusiva da União. Por quê? Porque ela trata - eu pediria a atenção dos colegas - ela trata de algo que só a União pode legislar, porque, veja, ela vem tratar de uma forma de educação que não tem previsão nem na Constituição nem na LDB. É preciso entender, estudar, conhecer. A LDB fala, nós temos dois níveis de educação: a Educação Básica e a Educação Superior, e fala quais são as modalidades de ensino. Está lá na LDB. Por quê? Porque é prerrogativa da União legislar sobre isso, e a União fez isso ao aprovar a Lei de Diretrizes e Bases e criou as modalidades de educação. Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Quilombola. Estão lá na LDB quais são. Em nenhum momento, se os senhores pesquisarem, nem na Constituição nem na LDB, há a previsão dessa modalidade de ensino de escola cívico-militar. Não há. Não há previsão constitucional para isto. Portanto, nós estamos tratando aqui de uma matéria que fere flagrantemente os dispositivos constitucionais. O município não pode legislar sobre isso. É usurpação da prerrogativa da União. E nós precisamos. Ao votar, vamos dar nossos votos, favorável ou contrário, mas vamos votar sabendo que estamos desrespeitando um princípio fundamental do direito orçamentário, que estamos desrespeitando a garantia exclusiva de a União legislar sobre diretrizes e bases da educação. Então, isso é fundamental. Não há. A LDB fala, vereador Elber, em educação militar, sim, mas, se os senhores forem analisar, está lá no artigo 83 da LDB, a educação militar, ela é voltada para a formação de militares. A LDB tem um sem-número de artigos e só um trata de educação militar, e não trata criando a possibilidade de educação cívico-militar. É educação militar voltada para a formação de quadros da área de segurança, da parte de segurança desse país. Tanto é assim que a gente sabe que essa área é uma área que tem escolas próprias. Existe com uma finalidade específica. Não é a finalidade da educação de que trata todo o resto da LDB. Educação militar é na escola militar. E a educação promovida pelas redes públicas, privada, reguladas pela LDB, pelos conselhos de educação, é a educação civil. Segundo, meus amigos, aqui nós temos militares na Casa, pelo menos, estou me lembrando de Byron, acho que é só ele, né, agora? Nós sabemos que a educação militar atende a princípios da hierarquia e da obediência. Eu estou mentindo ou é assim? Tem previsão. São bases do fundamento da educação militar, previstas para as escolas militares, que são escolas para formar militares. Na educação pública, na educação privada, na educação básica, a regra não é a hierarquia, é a horizontalidade. Isso é princípio da gestão

democrática contido dentro da LDB. Aliás, princípio constitucional é, na verdade, horizontalidade. Se nós formos observar, é preciso atentar para o fato de que não podem pessoas estranhas à formação pedagógica estarem no interior da escola no processo de formação dos nossos alunos. É uma exigência da LDB, que nós temos que ter profissionais formados nas áreas que ela determina. Não pode a Câmara Municipal dizer, porque é dito de outra forma, eu pediria que os senhores analisassem a legislação que regula, eu pediria atenção para isso, senhores, a legislação que regula a vida dos militares. Em nenhum espaço há previsão do que está contido nesse projeto, de eles estarem dentro, não é atribuição deles estarem dentro da escola, fazendo o que está colocado neste programa. Quem conhece legislação, procurou estudar um pouquinho para ver quais são as previsões, inclusive dos que estão fora, aqueles que já não estão mais na ativa, aqueles que já deixaram a ativa, eles têm atribuições definidas na legislação e em nenhum momento estão colocadas atribuições voltadas para o que esse programa estabelece. Ou seja, esta lei, vereador Lúcio, incide sobre a regulação de algo que nós não temos a prerrogativa de fazer. Nós não temos. Dizer sobre como os militares devem trabalhar. Esse é outro grande problema. Falta prerrogativa para o Município de Aracaju. Eu estou agora na Comissão de Justiça. Será um prazer ouvir na hora que eu for debater no plenário. Por enquanto, são os membros da Comissão de Justiça ou a Educação. É verdade. É porque hoje a educação está sob ataque, por conta de injustiças que estão sendo cometidas nesse município. Acabo de vir da Secretaria Municipal da Educação, acabo de vir do Conselho Municipal da Educação, com ataques frontais à organização da escola, porque tem gente que não pisa no chão da escola, especialmente da escola pública, e que quer falar sobre ela. E não me venham aqui com discurso de que: “Ah, só o professor pode falar?” Não. Agora tem coisa que eu quero reivindicar a autoridade docente sim. Eu quero aqui na Tribuna reivindicar a autoridade docente de quem vive no chão da escola. Porque é muito fácil nos gabinetes formularem propostas para fazer o debate público sem conhecer a realidade da escola pública, sem nunca ter pisado o pé no chão da escola pública. E eu não estou dizendo aqui direcionado a A ou a B, estou dizendo àqueles que se arvoram o direito de falar sobre um tema sobre o qual não conhece. Quero reivindicar, sim, a autoridade docente. Incomode a quem incomodar, mas eu estou aqui reivindicando a autoridade de quem estudou, foi para a universidade, formou-se, estuda, estuda permanentemente, milita no chão da escola. Quero sim reivindicar essa autoridade. Incomode a quem incomodar. Ora, só o professor pode falar da educação? Não. Não. Os pais podem. Os alunos podem. A comunidade pode. Agora, não esqueçam, há uma coisa

que se chama autoridade docente. E aquilo não é autoritarismo. É conhecimento de causa. É estudo. É análise. É vivência. Outra coisa, não adianta dizer: “Ah, tem alguns que querem”. Ótimo que tem alguns que queiram. Agora, alguns que querem também, eu quero lembrar, pena de morte no Brasil. Alguns que querem também que os prisioneiros sejam tratados de forma desumana, mas não é permitido. Sabe por que não é permitido? Porque é ilegal. Não adianta querer, A ou B, algo que é ilegal, o que a lei não permite. E eu quero lembrar a autoridade constituída é diferente do cidadão. O cidadão tem prerrogativas que para nós são mais limitadas. À autoridade constituída só é permitido fazer aquilo que a lei permite. E a lei não permite que um vereador e que uma Câmara Municipal aprovem esse tipo de projeto. Vou repetir. À autoridade constituída só é permitido fazer o que a lei permite, o que a lei autoriza. E em nenhum campo está autorizada a instituição de escola cívico-militar. Leiam a LDB! A Câmara Municipal de Aracaju não tem essa prerrogativa. Acompanhem quais são os entendimentos do Conselho Nacional da Educação que normatiza sobre a educação nesse país. Não tem. E nós não temos a prerrogativa de legislar sobre matéria que é exclusiva. Definição de diretrizes e bases da educação é matéria restritiva, exclusiva da União. É privativa. Não podemos usurpar. E eu queria concluir essa minha fala, presidente, colocando o seguinte: as escolas estão precisando de muita coisa. As escolas estão precisando de mais dinheiro, as escolas estão precisando de aparelhos de ar-condicionado, as escolas estão precisando de professores, as escolas estão precisando de respeito aos direitos dos estudantes e dos professores. Mas as escolas não estão precisando da introdução de um modelo de educação que já foi testado sim. Eu ouço algumas pessoas: “Vamos deixar testar”. Que história é essa de vamos deixar testar? Já foi testado. Para quem não conhece, eu vou dizer, sugiro, façam pesquisas e leiam. Já existem estudos e pesquisas que mostram os resultados, inclusive, dos exames externos, que tanto gostam de falar, os resultados que demonstram a falha, a falha do ponto de vista educacional dessas escolas. Já há pesquisas. Pesquisem as pesquisas. É importante para a gente fundamentar. Então, com toda a vênua, com todo o respeito, mas na condição de educador e que fala aqui como presidente da Comissão da Educação, relatando, eu quero dizer que esse projeto não deve prosperar porque ele não atende aos princípios da legalidade, da constitucionalidade, mas mais do que isso, ele não atende às demandas por educação que nós temos no nosso município. Eu tô lendo ali que militar não é professor, é verdade. Militar tem uma tarefa importante nessa sociedade, mas está descrita lá qual é a tarefa. Está descrita lá qual é a tarefa. A

tarefa de militar é uma, a tarefa dos professores é outra. O espaço da escola é espaço de interação horizontal. Não é espaço pra gente assistir à cena...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran, o Regimento fala em três minutos. Eu estendi, mas já vai a quase quinze ou vinte.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu estou concluindo. Eu estou concluindo. Nós não podemos entender que a escola, que é a escola civil, é a escola de educação básica, ela passe a ter atribuições que são dirigidas pela Constituição, pela LDB, para a escola militar. A escola militar é uma coisa, não vamos confundir. A escola militar é uma coisa e as escolas de educação básica são outra coisa totalmente diferente. Por isso, presidente, quero manifestar aqui o meu voto contrário a este projeto e quero pedir a manifestação do vereador Camilo. Como é que vota?

CAMILO DANIEL – PT – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Vereador professor Iran, eu voto com seu relatório, eu voto com seu relatório e gostaria de, assim, parabenizar seu relatório, um relatório muito bem feito, muito bem construído, assim como o relatório da Professora Sonia Meire na Comissão de Justiça, muito bem construído também. Queria trazer algumas questões aqui relacionadas, professor Iran, à situação da educação no nosso Município de Aracaju. Eu gostaria de rememorar aqui, Professora Sonia Meire, na legislatura passada, eu estava secretário da Comissão de Educação com a senhora presidenta. Nessa legislatura eu faço parte também da Comissão de Educação sob a sua presidência, professor Iran. Fábio Meireles, muito importante o que eu vou comentar aqui. Nós temos uma demanda que a gente fica analisando isso todo ano. Nós temos uma demanda para a população saber aqui e os vereadores saberem, uma demanda de mais de 4 mil vagas em creches no Município de Aracaju. 4 mil vagas em creches. A gente deveria agora tá falando, por exemplo, de escola em tempo integral na cidade de Aracaju. Escola de tempo integral, vereador Anderson de Tuca - o senhor que está me ouvindo aqui - é a forma como as mães, por exemplo, que é quem mais se responsabilizam pelas suas crianças, têm de deixar em uma creche, por exemplo, em uma escola de tempo integral e, no fim da tarde, ter condições de pegar pra trabalhar. 4 mil, 4 mil nossa demanda. E essa demanda, Sargento Byron, essa demanda é de quem procura a rede pública municipal para ter creche. Nós estamos falando aqui de

talvez milhares que já desistiram, porque nunca tem vaga, então já desistiram. Aí no lugar de a gente, professor Iran, no momento desse estar discutindo a ampliação do acesso em creche, escola de tempo integral, no lugar de a gente estar discutindo aqui, por exemplo, a convocação de concursados, no lugar de a gente estar conversando sobre a situação das escolas aqui no município... Eu fui visitar uma escola, presidente Ricardo, recentemente, no Jardim Esperança, aqui no Inácio Barbosa, que toda vez que chove, não tem aula, porque alaga toda a escola. E é água vazando e subindo dos bueiros, de tudo que é canto. Uma escola de ensino infantil. Aí, no lugar de a gente estar discutindo isso, que são questões relacionadas à educação, há uma tentativa de inventar aqui uma nova modalidade de educação. Não resolve uma coisa, não resolve outra. Eu voto com o seu relatório, professor Iran, criticando completamente esse projeto. E faço isso com muita tranquilidade por uma coisa, vereadora Moana, está aqui na matéria da Manguê Jornalismo, que é uma emenda do vosso esposo. Mas a questão para mim é a seguinte: quem é que vai manter essa escola? É o município que vai manter essa escola, é a rede municipal que vai manter essa escola. Então, não existe isso. A gente está criando uma coisa que é uma flagrante inconstitucionalidade, para depois ainda o município manter isso, sendo que a própria gestão da prefeita Emília não tem a coragem de mandar o projeto criando. Vereador Iran, esse é meu voto. Muito obrigado.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Obrigado, vereador Camilo. Vereador Miltinho, como vota?

MILTINHO – PSD – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu voto pela tramitação, vereador. Com todo o respeito ao relatório que Vossa Excelência fez, mas eu voto pela tramitação.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Obrigado, vereador, pelo seu voto. Vereador Binho.

BINHO – PODEMOS – MEMBRO *AD HOC* DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu voto pela tramitação, senhor presidente.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Eu peço... Faltava a vereadora Moana, que é a autora do projeto.

MOANA VALADARES – PL – MEMBRO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Obviamente, voto contra o relator, e vou expor todas as verdades depois do show aqui do meu colega, no meu momento de defender o projeto.

IRAN BARBOSA – PSOL – PRESIDENTE DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

Senhor presidente, eu quero, antes de declarar o resultado, eu queria apenas pedir o seguinte. Primeiro, a verdade não é algo que reside apenas sobre alguém. Então, eu quero, na condição de presidente dessa Casa e relator da matéria, exigir respeito. A verdade é algo que não reside sobre uma pessoa. E quero dizer que eu estou aqui e não estou fazendo show. É um desrespeito. Eu pediria, inclusive, que eu pediria... Não é opinião, é desrespeito. Isso é um desrespeito. Eu estou aqui como parlamentar, atuando como presidente da Comissão, relator de um projeto de lei e a minha colega, parlamentar como eu, disse que a minha atividade aqui é um show. Eu quero refutar isso e exigir respeito na condição de vereador e na condição de presidente da Comissão. Não há show, o que há é trabalho, trabalho sério de um educador que exige respeito. Era isso, presidente. Quero agora anunciar o resultado da votação. Por dois votos a três, o projeto vai tramitar pela Comissão da Educação.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

O projeto foi aprovado na Comissão de Justiça e também foi aprovado na Comissão de Educação. A gente vai agora passar para a discussão do projeto. Mas, antes de passar para a discussão, já quero fazer uma observação aqui, é um projeto que requer muita atenção, nós estamos ali com o plenário lotado, estava tendo discussão, briga ali no plenário. Por mais que as opiniões aqui sejam favoráveis ou contrárias, vamos evitar adjetivos, vamos evitar a gente qualificar o colega, vamos fazer o nosso voto, o nosso posicionamento, respeitando o posicionamento contrário e a nossa posição aqui influencia lá em cima. Se a gente for respeitoso aqui, a galeria vai ser respeitosa. Se a gente for desrespeitoso aqui, a gente vai gerar um exemplo negativo e uma briga na galeria. Então, eu quero pedir a todos que cada um possa expressar o seu posicionamento, o seu voto, de forma respeitosa. O projeto está em discussão. Para discutir, como relatora, ou melhor, como autora do projeto, a vereadora Mona Valadares.

MOANA VALADARES – PL – DISCUTINDO PROJETO

Senhor presidente, primeiro, eu quero agradecer a presença de todos que vieram aqui, todos que estão apoiando essa iniciativa. Eu quero dizer que só Deus sabe da batalha, da guerra espiritual por trás desse projeto. Tamanho é o impacto que esse projeto vai

gerar, que esse programa vai gerar na vida de tantas famílias, crianças e adolescentes da nossa Aracaju. Em primeiro lugar, eu queria dizer que eu acho que os meus colegas da extrema-esquerda, (*Expressão suprimida por determinação da Mesa Diretora*). Eles poderiam vir aqui, eles poderiam ser contrários ao projeto, porque todo mundo sabe qual é a opinião deles. Todo mundo sabe que não importa o que seja tratado aqui hoje nessa Casa, eles são ideologicamente contrários ao programa de escola cívico-militar. Sabe por quê? Porque eles são contra tudo o que diz respeito a valores morais. Eles são contra tudo o que diz respeito aos valores que sustentam e promovem um futuro digno ao indivíduo. Eles são contra o civismo, eles são contra a moralidade, eles são contra o respeito. E é isso, são esses valores que sustentam o modelo de escola cívico-militar. E eu gostaria aqui de dizer que eles poderiam... Eu fico tão impressionada porque é tanto conhecimento, é tanto saber jurídico, deveriam estar lá no STF, porque o próprio STF não julgou que a matéria é inconstitucional. Inclusive, eu queria, antes, porque eu preparei uma apresentação, mas eu queria, antes disso, colocar aqui na tela a decisão do ministro do STF, que mantém a liminar do ministro Gilmar Mendes, que mantém as escolas cívico-militares no Estado de São Paulo. Então, eu acredito que é muita ousadia de um colega vir aqui e afirmar que esse projeto é inconstitucional. E afirmar que o modelo da escola cívico-militar é inconstitucional. Esse programa não fere a LDB. Ele não legisla para além da LDB, pelo contrário, ele respeita o princípio da pluralidade que está na LDB. E eu quero te lembrar, querido colega, que o rol que está presente na LDB não é taxativo. Ele não é taxativo. E justamente em respeito a esse princípio é que tem espaço para o modelo de escola cívico-militar. Ora, por que as famílias que têm acesso às escolas particulares podem escolher qual modelo, qual metodologia de escola quer colocar seus filhos? Elas podem colocar numa escola religiosa, podem colocar numa escola tradicional, podem colocar numa escola construtivista, mas as crianças, as famílias que não têm acesso a pagar uma mensalidade de escola particular não têm o direito de escolher em que escola desejam colocar os seus filhos? A escola cívico-militar respeita a toda, todo o ordenamento que trata sobre a educação no país. Eu quero tirar alguns misticismos aqui. A escola não é militar, ela é cívico-militar. Os professores continuam sendo professores civis. A coordenação continua sendo composta por profissionais da educação. O que muda é apenas o método. É o estilo da escola. Eu sei que vocês não gostam. Mas querer retirar dessa Casa o direito de oferecer à população aracajuana a opção de escolher, não é uma imposição, é a opção de escolher uma escola dentro de toda a rede municipal de ensino de Aracaju. Querer retirar o direito dessas famílias é no mínimo antidemocrático,

porque é isso que vocês sabem ser. Para não dizer egoístas. Mas já que o professor falou aqui que existem estudos sobre as escolas cívico-militares, eu gostaria de trazer aqui alguns dados que eu trouxe. Para além dos debates ideológicos, eu trouxe estatísticas, dados concretos e inquestionáveis. Por que devemos aprovar o modelo de escola cívico-militar, meus colegas? Porque dados do Ministério da Educação comprovam que a violência entre os alunos nas escolas cívico-militares é reduzida em 82%. A violência verbal é reduzida em 75%, a evasão escolar, que é um problema que nós enfrentamos em todo o Brasil, é reduzida em 80% e a satisfação da comunidade escolar, pais, alunos e professores é de 85%. Os dados comprovam, mas alguns preferem seguir ignorando a realidade e se apegando a uma ilusão de que está tudo bem. Eu trouxe aqui um vídeo que eu quero mostrar um exemplo de como é o dia a dia, a tratativa dos alunos com os seus professores dentro de uma escola cívico-militar. Eu quero que vocês vejam com os olhos, com os próprios olhos. Por favor, pode passar o próximo vídeo. *(Exibição de vídeo)*. É assim que acontece dentro de uma escola cívico-militar. Princípios, valores que a extrema-esquerda não reconhece, pelo contrário, eles gostam da bagunça, da desordem. Como será que é o dia a dia? Como será que é o ambiente escolar dentro de escolas que não respeitam esses princípios morais? Eu trouxe um vídeo aqui para mostrar também para vocês. Por favor, pode passar o vídeo. *(Exibição de vídeo)*. E eu pergunto, eu faço uma pergunta sincera aos meus colegas professores, defensores da educação: Como, como que um professor pode sair da sua casa todos os dias para enfrentar, para dar o melhor enfrentando um ambiente como esse? Infelizmente, essa é uma realidade recorrente, não adianta negar a realidade. Eles podem até dizer e usar o argumento que eu não conheço a realidade das escolas, mas eu trouxe aqui quem conhece. Por favor, passe o vídeo da coordenadora. *(Exibição de vídeo)*. Essa é a fala de uma professora, de uma profissional da educação que não está aqui nessa Casa, ela está lá no dia a dia da sala de aula. Eu tenho certeza que muitos professores, muitos professores reconhecem esse medo e essa sensação, mas tem gente que prefere negar a realidade. Como que nós podemos falar em defender a educação e ignorar esse problema? As escolas cívico-militares, elas oferecem aos heróis da educação, aqueles que estão lá dentro da sala de aula, não somente em sindicatos, mas dentro da sala de aula, oferecem a eles um ambiente seguro, um ambiente propício para que possam exercer o seu ofício com dignidade, com respeito e com segurança. E, para finalizar, eu gostaria de dizer que não existe de maneira nenhuma uma imposição, pelo contrário, o próprio projeto prevê que a implementação do modelo precede de uma consulta pública, vereador, de uma consulta pública na comunidade

escolar, onde os professores, os pais dos alunos e os alunos terão que escolher se desejam que esse modelo seja implementado. Aqui nós não falamos com demagogia sobre democracia, diferente dos meus colegas da extrema-esquerda. Aqui nós não queremos impedir ninguém de pensar, de defender o que acredita e de escolher o que acredita ser melhor. É por isso que eu tenho certeza que esse projeto, não somente tendo aprovação popular como vocês podem ver, ele será, no dia de hoje, aprovado para a honra e glória de Deus. E muitas pessoas, muitas famílias terão as suas histórias transformadas a partir da aprovação desse projeto. Eu quero agradecer a todos. Muito obrigada pela oportunidade de poder fazer a diferença na nossa cidade.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Antes das discussões aqui, tem um pela ordem de Camilo. Depois, um pela ordem do vereador Iran.

CAMILO DANIEL – PT – PELA ORDEM

Presidente, eu gostaria, como é uma coisa que praticamente é uma prática dentro dessa Casa há muito tempo, em que todo projeto a gente ouve partes da sociedade civil, por exemplo, eu gostaria de convidar, de solicitar à Mesa que abrisse o espaço aqui para o representante do Sindipema, que é o Sindicato dos Professores do Município de Aracaju, para que ele também viesse contar um pouco da experiência, emitir a opinião dele, visto que esse, na minha avaliação, é um tema muito relevante, principalmente para a categoria dos educadores e educadoras do Município de Aracaju. É isso que eu solicito à Mesa, senhor presidente Pastor Diego e presidente Ricardo.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Eu vou consultar o presidente, mas, antes de consultar o presidente, quero ouvir o pela ordem também do vereador Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – PELA ORDEM

Presidente, é o seguinte, Vossa Excelência chamou a atenção para a necessidade de nós tratarmos esse projeto com a urbanidade necessária, com que eu concordo plenamente, mas eu quero chamar a atenção de que na fala da vereadora Moana, ela disse que nós poderíamos ser honestos, nós da extrema-direita poderíamos ser honestos. Eu quero dizer que isso é uma forma - da extrema-esquerda. Eu quero dizer que isso é uma forma extremamente agressiva. Eu quero dizer à vereadora Moana que a desonestidade é uma coisa que eu não conheço nem de longe. Não conheço nem de longe. Se a senhora

insistir em colocar isso como argumento, eu vou exigir que a senhora prove que eu tenho alguma atitude desonesta. Porque eu não conheço a desonestidade nem de longe. Então, eu peço, presidente, que na hora do debate a gente mantenha a urbanidade. Também foi dito aqui que a extrema- esquerda gosta de bagunça, gosta de desordem. Senhor presidente, não foi a extrema-esquerda que ocupou de forma desrespeitosa, agressiva, por exemplo, a Mesa do Congresso...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Meus amigos, vejam, vamos acalmar os ânimos. Onde foi colocada qualquer menção aqui que o vereador aqui é desonesto, retire dos Anais da Casa, por favor. E vamos continuar. O Sindipema quer a fala, que alguém tinha comentado comigo. Certo. E Moana queria que quem ouvisse? É porque, Moana, o Sindipema é, de fato, o Sindicato da Educação no município. A gente não pode se furtar de deixá-los opinarem, manifestarem a opinião deles nesse momento. Tá? Vamos permitir ao Sindipema cinco minutos. Se não chegou, já vou passar para frente. Era pra estar aqui agora. Não chegou, já foi. Vamos deixar assim, porque o negócio, a gente tem que votar o PPA ainda hoje. Tem que começar o PPA. São 10 minutos. Professora Sonia, já vá adiantando, vamos lá. Quem é a ordem? Iran já foi? Então, agora, Lúcio Flávio. Então pronto, vamos discutir o projeto, você. Está pela ordem. Você. A discussão do projeto, você é o próximo. Está aqui anotado. Vamos lá, a ordem não altera o fator dos produtos. Vamos lá, o professor Iran vai querer falar agora? Lúcio, quer falar? Então vamos “simbora”. Vai Lúcio. Para discutir, para discutir.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Senhor presidente, primeiro, eu quero só deixar claro para o professor Iran que, quando a gente fala de honestidade intelectual - a gente não, não fui eu que falei, não fui eu que citei - mas isso não tem a ver com uma pessoa ter roubado absolutamente nada. A gente está falando sobre usar o argumento adequado. Por exemplo, eu não acho razoável, professor, com todo o respeito que tenho pela sua experiência educacional, tratar esse projeto aqui para nós, vereadores, todos experientes, como se fosse uma novidade, saiu da cabeça de Moana, não existe, não pode. Então, as escolas cívico-militares que hoje estão implantadas são todas clandestinas, ilegais, ou fantasmas? Ou não existe? Moana achou que existe escola cívico-militar, não, não tratemos dessa forma. Eu acho que, para o próprio engrandecimento da discussão dessa pauta, que a gente não trate isso como uma surpresa: “Ai, meu Deus, nunca vi isso”. Não é verdade. Isso não é verdade, não é.

Primeiro, o título é escola cívico-militar. Então, acho que, para que a gente tenha o devido respeito, vamos serenar na argumentação que não há nenhuma invencionice, ninguém está inventando a roda aqui. Primeiro, que as estatísticas apontam que são escolas que apresentam os melhores resultados educacionais em aprovações de concurso, em aprovações de vestibulares, isso não é fantasma. Então, primeiro, para a gente discutir com seriedade, aqueles que estão se apresentando aqui como lugar de fala, porque eu não dei carteirada em ninguém aqui, apesar da minha pequena, rala experiência como professor universitário, eu não dei carteirada em ninguém para tratar desse assunto. Eu acho que todos os 26 vereadores foram escolhidos pelo povo e credenciados para discutir aqui toda e qualquer pauta, todo e qualquer assunto ligado à cidade de Aracaju. Deslegitimar vereador aqui, como eu ouvi a Professora Sonia, não. Então a Professora Sonia não anda de ônibus, ela não pode falar sobre os ônibus elétricos, tem que ficar calada. E não é assim. Todos nós podemos, não há carteirada aqui, não há vereador maior do que o outro aqui, a população de Aracaju nos legitimou. Primeiro ponto. Segundo ponto, a própria autora do projeto, que desde o início do ano está tratando desse assunto aqui, do início do ano, essa apresentação não é nova, que possamos ter o devido respeito para, pelo menos, considerar que é verdade que, desde os primeiros pronunciamentos da vereadora Moana Valadares, ela trouxe aos colegas desta Casa os índices, as justificativas, as motivações. Agora, é bem verdade que você pode trazer tudo aqui, professor Iran vai votar contra. Você pode trazer tudo, Sonia Meire vai votar contra. Camilo vai votar contra. A gente já sabe disso. O que a gente pede é que a gente, pelo menos, tenha um debate saudável aqui, respeitoso e trazendo as verdadeiras alegações. Eu, por exemplo, já antecipei o meu voto. Eu sou favorável à escola cívico-militar. Eu experimentei isso, em outros estados, essa experiência e vi o quanto que famílias fazem fila de espera para conseguir colocar os filhos na escola cívico-militar. Então, eu acho que a gente deve ter, primeiro, respeito com quem está na galeria, respeito por quem está ao vivo, respeito por quem vai assistir à repercussão disso na imprensa, que está toda aqui a imprensa, vai assistir a repercussão disso, e não fazer aqui na tribuna, no microfone, alguma argumentação que ela queira fazer, uma cortina de fumaça acerca das suas próprias intenções. A esquerda vai votar contra, os governadores do PSOL, do PT, vão votar contra, e isso é uma questão ideológica. Possam-se trazer as motivações que forem, as argumentações que forem. Se disser assim: a maioria da população de Aracaju quer, a bancada de esquerda vai votar contra, porque não tem a ver se a população quer ou não quer, tem a ver com as convicções ideológicas da Professora Sonia, do professor Iran, do

Camilo, do PT, do PSOL. Então, apenas isso eu quero corroborar com o presidente Ricardo Vasconcelos. Vamos serenar. Vamos ter argumentação diante da população de Aracaju que está aqui, nesta Casa, assistindo, a argumentação correta. Quando se fala honestidade intelectual é para dizer: “Olha, eu voto contra porque eu sou contra”. Não é por causa de recurso, até porque a emenda está na Casa. O deputado federal Rodrigo Valadares já colocou a emenda na prefeitura de Aracaju. E outra, viu, a decisão aqui vai passar pelo crivo da prefeita Emília ainda. Então, é uma decisão final da prefeita Emília tratar acerca desse assunto. Eu tenho respeito. Tem aparte na discussão? Tem aparte na discussão? Para discutir? Então, tudo bem, claro. Não, desculpa, eu estou perguntando, querido. Porque você vai ter seu tempo de discussão também.

FÁBIO MEIRELES – PDT – APARTE

Não, eu não pedi para discutir não. Eu não vou tocar no assunto da questão do depósito de ontem. Você ficou de me dar uma resposta e não me deu não, mas... Não, o assunto aqui é outro. Veja, Lúcio, eu concordo com parte do discurso de Vossa Excelência quando diz que vai passar pelo crivo da prefeita. E aí algumas pessoas não me compreendem. Tudo isso aqui que está acontecendo, porque Moana faz parte da base aliada da prefeita Emília Corrêa. E é base aliada bem próxima mesmo, inclusive é do PL. Tudo isso aqui poderia ter sido evitado, muito embora a Casa Legislativa é a Casa das discussões, convergências, divergências, debates. E a prefeita Emília Corrêa, que está ciente do que está acontecendo, ela tem ciência disso e não é de hoje, é de muito tempo que Moana já verbalizou isso e publicamente já tornou público, ela conhece o desejo de Moana. E a prefeita Emília Corrêa poderia ter dito, assim como na loteria, que ela, a princípio, não tinha se posicionado, deixou acontecer, vereador Alex, e aí vem essa discussão na Casa, onde a prefeita Emília Corrêa poderia ter dito: “Olha, eu vou fazer. Tem emenda? Eu vou fazer”. Resolveria tudo isso. Ou então: “Olha, não vou fazer.” Para que, por mais que viéssemos a discutir aqui no parlamento, nós tivéssemos o posicionamento da prefeita Emília Corrêa. Por exemplo, eu vou terminar minha fala fazendo uma pergunta, caso Vossa Excelência queira responder. Uma pergunta simples. Vossa Excelência, que é vice-líder da prefeita, do PL, do mesmo partido, tem o indicativo dela, se ela é favorável ou contrária? Caso Vossa Excelência possa responder. Se não puder, não quer dizer que Vossa Excelência está tergiversando, não. Eu vou entender que é da política. Mas, se fosse o contrário, talvez você não tratasse assim comigo. Eu sou

gentil, calmo, educado. Mas, se você não tiver a resposta da prefeita, ela quer que se coloque essa escola cívico-militar. Meu voto é favorável, Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – DISCUTINDO PROJETO

Eu agradeço o voto favorável do vereador Fábio Meireles. A prefeita Emília está em voo, deslocamento aéreo, não consegui falar com ela, não tenho essa resposta. Mas eu queria concluir, pelo tempo que me é exíguo, que eu apenas quero considerar que a aprovação desse projeto é uma defesa da liberdade de escolha do cidadão aracajuano. É uma defesa da democracia, inclusive, para que o pai de aluno possa escolher se quer um modelo tradicional ou um modelo cívico-militar. E, aliás, ao se falar em democracia, ao direito de liberdade de escolha, ao respeitar o pai aracajuano, a mãe aracajuana, que decida sobre isso, assim como existe essa livre escolha na escola particular, que a escola pública também possa ter essa escolha. Eu quero fazer um registro aqui para o cidadão de Aracaju que não viu o que aconteceu aqui antes de abrir essa sessão. Já que a gente está falando de democracia e estamos querendo trazer para voto a escolha da população de Aracaju, o vereador Camilo e a vereadora Sonia tentaram esvaziar a sessão ao pedir a saída do quórum para que não houvesse a votação em plenário. Isso aqui é apenas uma informação. O vereador Camilo pediu para que o nome dele fosse retirado da presença, a vereadora Sonia Meire também, para que não houvesse quórum para esta votação que aqui estamos. O que isso quer dizer? Isso é um gesto e um sinal de que pessoas que não estão sujeitas a aceitar o resultado do voto. Nós queremos que o voto aconteça. Venha para o plenário, Camilo. Venha para o plenário, Sonia. E a gente discute aqui como nós estamos fazendo. Não tem problema em votar contra ou a favor. O problema é não permitir o voto, a escolha e a democracia. O meu voto eu já consignei desde sempre, desde quando foi apresentado aqui pela vereadora Moana. Eu voto a favor da escola cívico-militar. Essa é uma modelagem que me interessa, aos meus eleitores, ao meu público. E a quem não interessa que estude na escola tradicional, não tem problema nenhum. Mas eu respeito, diferente de alguns, a democracia. Eu respeito o voto. Eu respeito a liberdade de escolher, mas parece que tem gente que não respeita essa liberdade de escolher. Por isso, senhor presidente Ricardo Vasconcelos, essa é a discussão que tenho acerca desse assunto. Respeitem os militares, respeitem a disciplina, respeitem a hierarquia, a ordem, a bandeira, o hino, a pátria, respeitem a escola cívico-militar. Muito obrigado e que Deus abençoe Aracaju.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS-PSD

Vamos agora ouvir o presidente do Sindipema, o senhor Obanshe Severo.

OBANSHE SEVERO – PRESIDENTE DO SINDIPEMA

Bom dia. Bom dia a todas as pessoas que estão presentes. Agradecer a proposta feita pelo parlamentar Camilo Daniel que possibilitou essa nossa participação. Agradecer também ao presidente da Casa. Nós temos dialogado muito também com os professores, professor Iran, Professora Sonia Meire, com o Elber, que está na Defensoria Pública, também com o parlamentar Isac, que também é professor e reclama sempre que eu esqueço que ele é professor de história, inclusive, né? E a gente não pode deixar de registrar a tentativa de retirada de uma aula dessa disciplina tão importante. Mas estou aqui para falar basicamente das necessidades reais do Município de Aracaju, inclusive nós conversamos, e de longa data, com a agora prefeita Emília Corrêa. Pelo menos desde 2020 nós temos dialogado com a Emília, né? E, ontem, eu tive cuidado de observar a necessidade de vagas para a educação infantil no Município de Aracaju, né? As turmas de creche, 4 e 5 anos. Nós temos lá 1.670 vagas, necessidade de vagas. Necessidade de vagas. Isso das pessoas que procuraram matricular seus filhos, suas filhas nas escolas. E posso resumir rapidamente, uma das conversas que tivemos com a Emília, ela fez uma fala que muito me marcou. Nós questionamos algumas críticas que são feitas aos sindicatos e ela topou no meu coração e falou: “O que tem no seu coração, tem no meu coração. Eu vou respeitar a legislação para resolver os problemas do Município de Aracaju”. E, hoje, o problema do Município de Aracaju são as 1.670 vagas que precisam nas escolas do Município de Aracaju. Isso nós estamos falando só na educação infantil. E aí, para quem não tem muita familiaridade, são as creches e as turmas de quatro a cinco anos; a partir dos seis anos, inicia no ensino fundamental, que a gente tem uma demanda de vagas também menor. Então, efetivamente, o que eu quero dizer à prefeita e também à secretária de Educação, para fazer justiça, nós tivemos alguns encontros e ela reclamou, disse que a gente não fala, estão aumentando significativamente o número de vagas, né? Nós estivemos com o Isac, aqui, próximo à Maloca, com a proposta de construção de uma escola também, de tempo integral, para também proporcionar essas possibilidades de vaga. Então, efetivamente, nós precisamos de mais vagas, principalmente nas escolas que atendem às creches e à educação infantil, que em nosso município nós chamamos de EMEI. Vou fazer uma fala direcionada ao Fábio Meireles, que agora tem se notabilizado na oposição, eu tenho certeza que mesmo ele, na oposição, ele também quer resolver esse problema das vagas nas escolas para as nossas crianças. Então, como Emília muito bem

falou, no nosso encontro ainda enquanto candidata, o que tem no coração de todo mundo aqui é conseguir que a gente cumpra o Plano Municipal de Educação, que é universalizar as vagas para as nossas crianças. E outra questão importantíssima, que parece que todas as justificativas apresentadas para a criação de uma escola cívico-militar são que elas não têm muita relação com a educação. Então, a gente está preocupado ali com as questões de violência. E eu lecionando esse tempo todo nas escolas, exceto os casos que acontecem de fora pra dentro, já tive de intervir lá no São Carlos, na comunidade do vereador Soneca, um pai chegou embriagado pra bater na diretora. Mas isso é de fora pra dentro. Então, as nossas escolas são espaços seguros historicamente. E desafio aqui qualquer um a afirmar e provar isso contrário. Então, nós precisamos de vagas, nós temos pouquíssimas preocupações com a violência e as maiores são de fora para dentro. Então, a gente não precisa se preocupar com a violência interna do espaço escolar. Não temos casos de professores agredindo alunos, pouquíssimos casos. E em nossas ações, o que é que a gente precisa? Isso a gente conversa também diretamente com nossos professores. Quanto mais envolvimento nós tivermos com a nossa comunidade escolar... Eu estou afastado das minhas atividades, mas hoje eu ainda ando no São Carlos tranquilamente porque eu me envolvi com aquela comunidade e é isso que a gente precisa fazer: cuidar das nossas crianças, garantir que todas elas tenham vagas nas escolas e que o modelo de educação do nosso município, ele precisa de mais aporte financeiro para melhoria de qualidade. Porque, se nós compararmos, por exemplo, o Estado da Bahia, que é o estado que tem o maior número de escolas militarizadas, e observar o posicionamento do Estado da Bahia no IDEB, a gente vai perceber que não existe uma relação direta entre a militarização e a melhoria da educação. E nós estamos nas escolas, nós estamos esse tempo todo conversando com a secretária, com a prefeita, pensando na melhoria da educação. Temos algumas discordâncias, mas, se a gente for falar das avaliações externas, o IDEB é uma excelente demonstração e o IDEB do Estado da Bahia comprova que nós não vamos melhorar a educação simplesmente com a militarização das escolas. Nós precisamos de mais investimento, nós precisamos de professores concursados, nós precisamos de melhores estruturas. E, aqui, aproveito, inclusive, para refazer o pedido que nós fizemos de emendas impositivas, que parece que o prazo já passou, mas a gente precisa que as nossas crianças estejam nas escolas num ambiente favorável. Então, nós fizemos um pedido para auxiliar na climatização e é isso que o Sindipema tem feito, tem procurado construir, tem procurado contribuir com a educação no Município de Aracaju. E, agora, nesse momento, eu gostaria de frisar que nenhuma parte da minha fala, nenhum trecho,

ele pode ser sequer considerado ideológico. Eu falei de questões objetivas, de problemas reais da rede e do que eu tenho certeza que cada um e cada uma aqui quer na educação do Município de Aracaju. E isso a gente pode traduzir, né, que é colocar todas as 1.670 crianças que estão fora da escola. E, depois procurar todos aqueles pais e aquelas mães que não procuraram as escolas para matricular seu filho, sua filha. Muito obrigado. Espero que tenha contribuído o debate.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Prorrogada a sessão. O próximo a discutir é o vereador Rodrigo Fontes.

RODRIGO FONTES – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Senhor presidente, eu queria externar meu voto em relação a esse projeto. Eu acho que esse projeto da vereadora Moana Valadares é um projeto que democratiza a educação, porque o projeto não obriga ninguém a matricular o filho na escola cívico-militar. Mas você mesmo não botando um filho seu na escola, você não pode tirar o direito das pessoas que acreditam na escola cívico-militar, que acham que é uma escola mais disciplinada, que acreditam nessa escola, você não pode cessar o direito dessas pessoas de botar na escola que vocês acreditam. Eu posso não acreditar, não preferir a escola, não matricular meu filho nessa escola, mas não posso tirar o direito das pessoas que sonham, que acreditam, que querem botar seus filhos nessas escolas. Por isso, vereadora Moana, eu quero declarar meu voto favorável ao projeto da senhora. Em relação a dizer que não pode ser de iniciativa das câmaras municipais, eu tenho aqui uma relação de várias cidades, inclusive algumas capitais, como Manaus, Boa Vista e várias outras cidades, Angra dos Reis, Agudo, Santa Fé do Sul, Cascavel, Campo Largo, Anápolis, várias câmaras municipais Brasil afora aprovaram esse projeto. Inclusive, em algumas cidades, as pessoas muito satisfeitas com essa escola. Então, eu quero dizer que pode contar com o meu irrestrito apoio a esse projeto.

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL

Próximo é o vereador Iran Barbosa.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Peço desculpas aos colegas, mas retorno à Tribuna. É, de fato, uma matéria necessária para nós debatermos. E eu quero começar dialogando com o meu ex-aluno Rodrigo Fontes, dizer: Rodrigo, é, na realidade, isso não se constitui em um direito. Não está em nenhum lugar da legislação que trata de ensino, o direito à escola cívico-militar. Ela não tem previsão legal. Deixe-me esclarecer, porque eu acho que aqui as pessoas sabem, mas eu preciso esclarecer. Na verdade, esse modelo de escola foi instituído através de um decreto presidencial lá atrás. E as escolas que surgiram, surgiram a partir desse decreto. Ocorre - e aí eu quero também dialogar com o vereador Lúcio Flávio - em nenhum momento eu aqui afirmei que não existem essas escolas, elas existem, tanto é que eu fiz referência a pesquisas sobre a existência delas. O problema é que é o seguinte: o decreto que criou aquelas escolas foi revogado. O decreto que instituiu as escolas cívico-militares existia. Ele foi revogado. Então, não há previsão legal nem infralegal para isto. O decreto feria, ah, sobre o argumento da constitucionalidade, eu quero dizer o seguinte: é verdade que o Supremo Tribunal Federal suspendeu uma liminar, mas não suspendeu dizendo que era julgando o mérito, não. Suspendeu porque definiu que essa matéria deve ser avaliada no mérito. E o Supremo não avaliou o mérito. E eu quero dizer que é inconstitucional. Eu quero dizer que é inconstitucional. Se alguém não gosta que eu diga, eu vou continuar dizendo, a matéria é inconstitucional. Claro que quem vai definir isso não sou eu. Com validade no Brasil, é o Supremo. Mas eu quero continuar dizendo, pelo que eu conheço da Constituição, pelo que eu conheço da LDB, que é, considero inconstitucional. Vamos acompanhar o que o Supremo vai definir. Agora, para sermos honestos, e aí, vereador Lúcio, aqui não se tratou de honestidade intelectual, não. Aqui, usou-se a expressão honesto. Ponto. E aí, foi por isso que eu me insurgi contra isso, porque eu não admito esse tipo de questionamento. Não foi sobre honestidade intelectual. Então, para sermos intelectualmente honestos, é importante que digamos que houve um momento em que esse tipo de escola teve previsão, não legal, previsão infralegal, através de um decreto presidencial, que foi revogado através de um novo decreto. Decreto novo revogou o velho. Então, isso é importante também esclarecer à população. Mas vejam, eu queria saber, aqui, falou-se sobre os impactos positivos que essa medida trará. Alguém teve acesso a algum estudo que mostre quais são esses impactos? Ou é só do achismo? Ou é só do achismo? Alguém teve acesso aos estudos de impacto dessa medida em Aracaju? Eu não tive, por isso que quero dizer que é preciso termos informações. Dizer que a as famílias podem escolher o modelo, que tem que garantir o direito de as famílias escolherem. Veja, isso é uma ilação. Deixe-me dizer o porquê. O Obanshe acabou de falar,

eu estou aqui com a relação: olha, meus amigos, essa relaçãozinha aqui é uma relação da lista de espera por creche em Aracaju. São 1.160 na lista de espera. Fora aqueles que não estão aqui, que a gente sabe que também demandam e não estão. Então, honestamente, para usar a expressão de novo, sendo intelectualmente honesto, o que é que é prioridade, de fato, nessa nossa realidade? É a garantia do direito das mães, das mulheres terem acesso à creche, a gente atender isso daqui? Eu sei que tem, foi dito aqui, que tem verba já destinada para isso. Não tem problema. Não tem problema. É bom. Eu quero elogiar. Foi, pelo que eu entendi, o deputado Rodrigo Valadares que direcionou a emenda. Sempre tive uma relação muito respeitosa com o deputado Rodrigo Valadares. E tenho certeza que ele não terá problema de ajudar a garantir a ampliação de vagas nessa área que é tão demandada e não tem escola. Isso é necessário. Pode haver remanejamento. Isso pode ser feito, não haverá prejuízo para isso. Então, nós precisamos tratar da questão e quero dizer, eu não estou arguindo aqui, olhem, não estou arguindo aqui, no meu debate, os aspectos ideológicos. Eu arguí aqui aspectos pedagógicos, aspectos legais. Agora, eu quero dizer que não tem nenhum problema, eu assumo ideologicamente que sou contra isso, ideologicamente. Ou alguém tem dúvida disso? Agora eu não estou aqui usando argumentos meramente ideológicos. Eu sou contra ideologicamente porque, como professor, não concordo com isso, com esses princípios, que são princípios da escola militar, que a gente tem que respeitar como escola militar, que tem previsão legal. Está aqui o Sargento Byron, ele conhece, ele sabe que existe previsão de escola militar e a escola militar tem um regimento próprio para ela e a finalidade dela é totalmente diferente dessa que estão colocando no projeto de escola cívico-militar que não tem em lugar nenhum, não há lugar da legislação que fale em escola cívico-militar. Da legislação que faz nascer as diretrizes e bases da educação, porque ela quem define quais são os modelos de escola e de educação que nós temos. Então, o mito de que isso vai oportunizar a escolha não é verdade. A população não está podendo escolher as escolas dela, até porque está aqui, está aprovado, não tem. Não tem. Você não vai ter uma rede instituída com isso. A população não vai poder escolher. E, sim, a população... Não é verdade também dizer que os usuários da escola pública não têm direito de escolha. Tem sim. Há um pluralismo dentro das escolas. Há um pluralismo. As nossas escolas, elas não são uma caixinha hermética, não. Quem conhece a realidade das escolas sabe que os projetos pedagógicos dão identidade a cada escola. E há projetos mais conservadores, há projetos mais avançados, há projetos que vão na linha mais paulofreiriana, há projetos que vão em outras linhas pedagógicas. Há diversos projetos, porque a pluralidade é da regra da

educação. Agora, o que não existe é a possibilidade de um modelo de educação, de uma modalidade de educação que não tem previsão na LDB. Esse é o grande problema. É por isso que a gente argui a inconstitucionalidade. Então, presidente, eu quero... Vossa Excelência está pedindo um aparte? Eu concedo um aparte a Vossa Excelência com muita satisfação.

MOANA VALADARES – PL – APARTE

Obrigada, vereador. Eu queria ter a oportunidade de explicar eu mesma, pessoalmente, a minha fala sobre a palavra honestidade.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Pois não.

MOANA VALADARES – PL – APARTE

Quando eu me referi que os colegas deveriam ser mais honestos quanto a esse assunto, era no sentido de declarar que não são a favor da escola cívico-militar por uma posição ideológica. Como o próprio vereador Lúcio disse - e falou muito bem - eu estava falando em honestidade intelectual. Eu não tenho razão nem motivo para te chamar de uma pessoa desonesta ou para apontar qualquer tipo de crime, enfim, desonestidade, corrupção ao seu respeito e jamais teria, faria isso de forma leviana, certo? Então, eu fui mal-interpretada nesse aspecto, mas eu tenho muita humildade para explicar e para falar o que de fato eu quis dizer. Porque, para mim, é muito claro, vereador, que a posição de vocês contra a escola cívico-militar não vai mudar, independente de a gente colocar aqui qualquer tipo de argumento. E, quando eu falei sobre a questão da honestidade sobre a inconstitucionalidade é porque, se nem o STF definiu isso, essa matéria como inconstitucional, o senhor não pode afirmar aqui que ela é inconstitucional. O senhor pode ter a sua opinião baseada nos seus conceitos, na sua visão, na sua leitura e acreditar e achar que ela é inconstitucional, mas não existe nenhuma decisão declarando a matéria inconstitucional. Então, se não existe, por que nós não podemos votar aqui e não podemos oportunizar? Então, é justamente, vereador, no sentido de, se há uma pluralidade na educação pública do Município de Aracaju e do Brasil, por que não ser plural também e oferecer esse modelo para a nossa sociedade? Esse foi o sentido da minha fala, pedi o aparte, no sentido de poder explicar, porque não quero que fique esse mal-entendido. Então, é isso.

IRAN BARBOSA – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Obrigado, vereadora. Eu aceito, evidentemente, a sua argumentação, compreendo. Agora, quero dizer o seguinte, veja, a minha argumentação, o tempo inteiro, ela foi baseada em dados técnicos legais, embora eu tenha posição ideológica. A senhora também tem, todos nós temos, aqui não tem ninguém que não tenha posição ideológica. Então, esse debate é um debate que diminui o enfrentamento que nós fazemos aqui. Todos nós temos postura ideológica. Agora, eu fiz o debate baseado na legislação e, sim, o Supremo ainda não se posicionou. Eu disse isso aqui. Eu tenho uma análise, um entendimento pelo que conheço da Constituição, pelo que conheço da LDB, pelo que conheço da... Não há previsão desse modelo de educação. É por isso que eu digo que nós não podemos aprovar a medida, porque não há essa previsão de modelo de escola cívico-militar no ordenamento jurídico pátrio que trata dessa matéria. Então, presidente, é isso. Eu continuo aqui me manifestando contrariamente do ponto de vista ideológico, do ponto de vista pedagógico, do ponto de vista legal, posicionando-me contrário a essa iniciativa, embora respeite às tentativas e às iniciativas que os colegas fazem aqui. Era isso. Agradeço.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Camilo Daniel.

CAMILO DANIEL – PT – DISCUTINDO PROJETO

Bom, eu vou ser bem breve aqui na discussão, porque eu acho que tanto ontem no debate, na discussão... Presidente, eu vou aqui para a Tribuna. Eu acho que é melhor. Um minutinho. Eu prefiro vir aqui para a Tribuna que é para conseguir conversar olhando para os colegas vereadores e as colegas vereadoras. Acho que a primeira coisa que a gente tem que trazer, e assim viu, presidente, eu estou amparado, eu lembro atentamente, vereadora Moana, do seu pronunciamento, lá no início do ano, quando a senhora apresentou o projeto. Eu ouvi atentamente, e uma das coisas que a senhora alegou lá atrás, é que esse projeto era um projeto que tinha amplo apoio popular, de acordo, obviamente, com a análise das suas redes sociais, que é sua bolha, né? Então, eu lembro atentamente disso, e gostaria de dizer que o meu voto aqui, e essa discussão aqui, ela é baseada em duas questões. A primeira, no debate, numa formulação que foi feita, inclusive um debate muito bom construído aqui entre nós. Mas eu estava me lembrando hoje de dona Josefa, a nossa querida dona Josefa, que sempre liga para o vereador Vinícius Porto, né? E ela hoje me ligou também. Aliás, dona Josefa me ligou, presidente Ricardo, e disse assim: “Vereador Camilo, é um absurdo um bairro como São Carlos, que a gente luta tanto aqui

para ter uma creche e, infelizmente, a gestão da prefeitura não resolve”. Mas, ao mesmo passo que não resolve isso, a gente tem uma proposta como essa aqui que, diga-se de passagem, é uma mera cortina de fumaça para as questões da educação no Município de Aracaju. É uma mera cortina de fumaça. O presidente do Sindipema veio aqui antes e ele comentou quais são as principais necessidades da educação municipal. Dentre as necessidades, a gente tem uma série de coisas, vereador Fábio Meireles. O senhor conhece muito bem a realidade da sua comunidade. É uma série de coisas. Você tem desde questão relacionada à convocação de novos servidores públicos que passaram no último concurso a questões de infraestrutura básica das escolas municipais, o acesso de vagas a creches. Porque veja, ano passado, o relatório eram 4 mil, por conta dos esforços, inclusive da gestão passada e de recurso do Ministério da Educação, conseguiu-se ampliar um pouco mais a rede. Obanshe falou agora aqui em 1.500, mas eu volto a lembrar que esses 1.500 alunos são os que demandam e que vão lá e dizem: “Ói, eu quero, eu preciso disso aqui”. Eu conheço, no mínimo, mais umas mil pessoas que nem colocam mais, porque sabe que não tem. Então, a gente está falando de uma demanda; eu me lembro do vice-prefeito Ricardo Marques, que a gente conversava muito aqui e Ricardo dizia: “Eu não tenho dúvida que a demanda é mais de 10 mil crianças, Camilo, eu não tenho dúvida disso.” Inclusive, no início do ano, quando eu conversei com a secretária Edna para tratar sobre falta de vaga nas creches, ela me lembrava disso. Ela dizia: “Camilo, é um desafio muito grande.” Inclusive, uma das propostas que a secretária falava era de talvez até alugar os hoteizinhos e escolas particulares nos bairros para suprir essa demanda e essa necessidade. Então, nós estamos falando, queridas vereadoras e vereadores, é de uma demanda real, que de fato existe na cidade de Aracaju e não de uma cortina de fumaça. E a gente tem que ter coragem para fazer esse debate. Uma coisa, vereadora Moana, que me chama muita atenção é o seguinte. Eu estava observando, na matéria da Manguê Jornalismo, eles colocam o valor, de acordo com a plataforma Transferegov, de pouco mais de um milhão e meio de reais que foi destinado para a construção da escola cívico-militar. É isso que está lá. Está aí na plataforma Manguê Jornalismo. A questão que me chama a atenção é a seguinte: construir é uma coisa muito fácil. A questão é como é que você faz a manutenção dessa escola? Como é que você vai financiar o andamento dessa escola? Oi? Eu vou conceder um aparte para a senhora. Mas como é que você vai financiar essa escola? São questões que têm que ser colocadas? Porque, senão, imagine, Fábio Meireles, a gente vai aprovar uma coisa que é, inclusive, contestada. Estava aqui lembrando, o professor Iran, ele não só é vereador, professor de história, mas também

é advogado. Foi presidente do Sintese. Conhecedor da LDB. Conhecedor da LDB, assim como a professora Sonia Meire, que milita na educação há tantos e tantos anos, no Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe. Eu fui estudante da escola pública, municipal, inclusive, da Escola Presidente Vargas. Sua escola. Eu fui aluno da escola pública municipal. Então, vereador Elber, do seu bairro, vereador Elber. Então, o que eu fico observando é o seguinte: como é que você vai fazer a manutenção dessa escola? E como é que você vai fazer a manutenção dessa escola sabendo que os recursos do Fundeb, por exemplo, não podem ser utilizados para essa escola? De onde é que vem esse recurso? Será que a Emenda Pix, ela vai todo ano cair para manter essa escola, vereadora Moana? Porque, presidente, a emenda pode construir, mas quem é que vai manter a escola? Como é que vai manter a escola se o Fundeb, que é o Fundo da Educação Básica, que é quem financia a educação, se o Fundeb não garante, vereador Rodrigo Fontes? Então, nós vamos criar uma coisa que tende a não existir, vereador Bigode. Será que isso resolve a questão e o problema das mães, dos pais lá do Santa Maria, que olham assim todo santo dia e dizem: “Rapaz, se tivesse uma creche aqui para eu colocar meu filho, para poder ir trabalhar, se tivesse uma creche, meu problema estava resolvido”. Mas não tem. Não tem. E, além de não ter, não tem perspectiva de ter. E as propostas que têm são para construir uma escola cívico-militar que é completamente questionável. Se você colocar no Google aí, parcialmente, se você colocar no Google, você para assim e diz, coloca aí: avaliação de escolas cívico-militares pelo Brasil. Você vai ver professor dizendo: “Ó bicho, é absurdo isso aqui, porque as crianças ficam aqui só batendo continência, dizendo quartel, sentido”. E não entende nada, quem está ali não entende nada de educação. No lugar de ser uma coisa que amplia o horizonte da criança, é uma coisa que restringe. Desculpa, vereador Byron. Vereador Byron, eu queria só fazer uma correção, só uma correção, que é para o senhor não achar que minha fala é preconceituosa. Aliás, para o senhor não achar que eu estou lidando com isso e dizendo que foi a minha fala. Eu disse que, se você olhar no Google, você vai ver matérias de professores dizendo que os militares de tais escolas não compreendem de educação. Eu não estou dizendo que é a minha opinião isso. Eu gostaria só, presidente, de dizer isso, deixar isso bem registrado aqui, principalmente para não criar nenhum atrito com o vereador Byron, que gosto de coração. E, inclusive, para a gente conseguir fazer o debate que deve ser feito. Na minha avaliação, e aí eu vou conceder os apartes para Rodrigo Fontes e para a vereadora Moana, mas, na minha avaliação, eu acho que a gente tem que pensar muito mais sobre a educação no Município de Aracaju. Agora, pensar muito mais

em enfrentar os desafios que devem ser enfrentados. E a principal pergunta é essa: como é que a escola vai ser financiada, como a escola vai ser financiada se o Fundeb, que é quem financia a educação no município, se esse fundo não pode ser utilizado para as escolas cívico-militares? Então, eu acho que essa daí é a principal questão, Rodrigo Fontes. No mais, o que eu entendo aqui é que, tendo ou não concepções ideológicas divergentes, todos os vereadores, mas acho que todo mundo, de certa forma, está preocupado com essa questão, porque todo início de ano vêm mães, pais que vêm, que reclamam, que dizem: “Rapaz, não tem vaga em creche”. Eu sei que todo mundo aqui tá preocupado, mas a questão colocada é: o projeto da vereadora Moana não caminha em direção a resolver a situação. Ele caminha em direção a criar uma cortina de fumaça para avançar em que ninguém sabe. É uma cortina de fumaça. Então, tá aqui, coloco aqui nosso voto contrário. Infelizmente, o tempo, faltam só 39 segundos, eu não vou conceder o aparte nem pra Moana, nem pra Rodrigo Fontes. Mas amo de coração, viu, vereador? O senhor tá com a gravata linda hoje, que Deus o abençoe. Infelizmente não deu tempo. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pela ordem, Moana.

MOANA VALADARES – PL – PELA ORDEM

Presidente, eu gostaria de pedir a oportunidade de responder ao vereador Camilo com a pergunta dele. Se for essa uma dúvida.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Deixe na hora de justificar seu voto.

MOANA VALADARES – PL – PELA ORDEM

Está bom.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Byron.

SARGENTO BYRON – MDB – PELA ORDEM

Bom dia a todos. Senhor presidente, aqui é uma Casa plural e aqui, assim que todos nós assumimos, temos a competência e o dever de nos pronunciarmos sobre os diversos temas que aqui chegam. Eu vi aqui, eu não lembro agora, eu acho que foi a

Professora Sonia Meire que disse que militar não é professor. Militar é professor, militar é engenheiro, militar é médico, militar é advogado. Foi uma fala preconceituosa, professora. Muito. Porque nas instituições militares existem pessoas formadas, pós-graduadas, com mestrado, doutorado, pós-doutorado, que podem assumir cadeiras em diversos lugares. Podem assumir cadeiras em diversos lugares. Dizer que creche é prioridade é sim. É prioridade. Agora, eu queria saber aqui, a gente se mobilizou para várias coisas durante o tempo que nós tivemos emendas impositivas. Houve alguma mobilização para que todos nós, com a nossa parcela de contribuição, pudéssemos investir na educação primária para a criação de creches? Houve essa mobilização aqui? Você recebeu, Binho, algum convite de algum parlamentar que é professor, que é preocupado com educação, para que nós pudéssemos dar essa contribuição? Você recebeu, Levi? Problemas das creches em Aracaju. Eu não recebi nenhum convite, não ouvi falar de nenhuma construção com o Município de Aracaju para que nós pudéssemos dar essa contribuição, vereador Elber. Já que a preocupação é isso. “Em detrimento da escola cívico-militar, vamos nos somar para que acabem as filas de creche em Aracaju”. Eu não ouvi isso. Ouvi aqui que, algumas vezes, profissionais da educação, professores disseram que os militares não estavam atentos. As escolas militares, tirando a parte dessas, especificamente, cívico-militares, desse modelo, são exemplo de educação em todo o Brasil. Resultados eficientes em aprovação de concursos públicos, vestibulares. Então assim, a gente tem que ser muito honesto nisso. Honesto no sentido de dizer: “Olha, o modelo de educação é um modelo que eu não concordo por isso, por isso, por isso, por isso”. Eu entendo que a Aracaju precisa muito de creches. Eu acho que todos os vereadores já ouviram: “Consiga uma creche porque minha esposa está sem trabalhar, porque não tem como deixar os meus filhos.” É um problema latente em todos os bairros de Aracaju. Todos os bairros precisam de creches. Todos os bairros precisam de creches. E cabe a nós, por pertencimento, por responsabilidade, buscar dar nossa contribuição para que as mazelas, dentro da nossa possibilidade, viu, mínima competência, diminuam os problemas da cidade. Vereador Rodrigo.

RODRIGO FONTES – PSB – APARTE

Vereador Byron, muito obrigado pelo aparte. Quando o senhor fala em relação às creches, que são muito importantes para o nosso estado, para Aracaju, eu quero dizer

que o governo do estado, o governador Fábio Mitidieri e o melhor secretário de educação do Brasil, que é o secretário Zezinho Sobral, vão entregar agora dez creches através do Programa AMEEI. Creches todas equipadas, com a mesma qualidade que tem as escolas que estão sendo reformadas em Aracaju, creches padrão FIFA, o governo do estado... Hein? Mas vai em Aracaju. Eu quero dizer que a necessidade de várias creches, que o governo do estado, a Emília é prefeita de Aracaju, mas Fábio é governador do estado e Aracaju faz parte do estado. Ele vai fazer em Aracaju várias creches, a primeira será próxima ao Colégio 24 de Outubro, na Visconde de Maracaju, uma creche com padrão FIFA, igual às escolas que estão sendo entregues. Então, Aracaju não vai sofrer por falta de creche, porque nós temos um governador e um secretário de estado da educação comprometidos com a educação sergipana. Obrigado, meu querido vereador Byron, pelo aparte.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – APARTE

Vereador Sargento Byron, eu quero primeiramente parabenizar a fala de Vossa Excelência e tocar apenas em um ponto específico, em diversas falas aqui a gente ouviu ser citado que escola é um local que não tem violência, escola é um ambiente totalmente seguro e, na prática, o que nós conhecemos de violência que já aconteceu na escola ou contra alunos ou contra professores, o que nós já conhecemos de casos de professor agredido, professor que sofreu tentativa de homicídio dentro do ambiente escolar, é um fato extremamente relevante e que merece a nossa atenção, merece ser abordado e, acima de tudo, as pesquisas populares mostram que a maioria esmagadora da população brasileira é favorável a esse modelo de educação, porque entende da sua importância para a formação do aluno em nosso país.

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Vereadora Moana.

MOANA VALADARES – PL – APARTE

Vereador, obrigada pelo aparte. Primeiro eu quero parabenizar, vereador, pela sua fala, extremamente importante, posicionada. Muito obrigada por essa fala. Muito foi falado aqui sobre a necessidade das creches e o vereador, nosso colega aqui do PT, disse

que não tem previsão, ele fala pela prefeita, não é? Dizendo que não tem previsão para solucionar esse problema. Mas tem, tem, porque esse é um compromisso da prefeita. Então, acho que ele não pode falar por ela. Segundo, eu também queria, fico até curiosa em saber quanto de emendas impositivas o vereador destinou para essa questão, já que é uma preocupação tão grande da parte dele, ao ponto de ele misturar as coisas, porque, no meu ponto de vista, não existe nada, uma coisa não impede a outra. O que eu posso falar é que, no que diz respeito à escola cívico-militar, o recurso já está no caixa. O deputado Rodrigo Valadares destinou o recurso para a instituição do programa de escola cívico-militar. Eu também coloquei recurso das minhas emendas parlamentares e isso é algo que já está certo. Agora, misturar um problema para tentar - isso sim é criar uma cortina de fumaça - trazer outra situação, para esconder a possibilidade de resolvermos outra, uma coisa não impede a outra. Mas eu gostaria, estou muito curiosa de saber quanto que o vereador do PT destinou em emendas parlamentares para solucionar os problemas da creche. Estou muito curiosa em saber, porque é algo que ele está muito preocupado com isso. Eu tenho certeza que a prefeita Emília vai resolver essa situação, porque essa é uma situação que está no coração dela. Ela já conversou comigo sobre isso várias vezes. O problema das creches é um problema histórico e a gestão agora tem isso enquanto prioridade, mas não vai ser isso que vai impedir que algo que também está no coração...

SARGENTO BYRON – MDB – ORADOR

Vereador Elber.

ELBER BATALHA – PSB – APARTE

Byron, somente para contribuir dizendo o seguinte: o que se destaca aqui não é nenhum desmerecimento, até eu conheço escolas militares muito boas, inclusive existia um colégio militar aqui da Polícia Militar, que meu compadre Major Fernando foi até o diretor muitos anos. O que a vereadora Sonia, o que o vereador Iran e o que o vereador Camilo colocaram é que, essencialmente, não é a função precípua do militar ser professor, da mesma forma que não é a função precípua do defensor público ser professor. Apesar disso, alguns colegas meus se dedicam ao magistério, dei o exemplo de Marcos Feitosa, que é um dos melhores professores de Direito de Família aqui do Estado do Sergipe. Eu acho que o grande debate aqui é entendermos uma coisa: o Município de Aracaju, e essa acho que é a opinião da maioria, da maioria em si, e a maioria em si está votando nesse projeto mais por acompanhamento de bancada e não por a inteligência do que seja ele, porque, a meu ver, está clara uma coisa: Emília até agora não quer botar a

escola. Como a vereadora Moana disse bem: “O dinheiro está depositado”. Por que ela não faz? Ela não precisa de autorização legislativa para fazer a escola. Claramente é um debate ideológico, que eu respeito, mas é uma bandeira bolsonarista que, no momento em que Bolsonaro está preso, está sendo ressuscitada aqui pela Câmara. E é legítimo, é. Eles são do PL, partido de Bolsonaro, foi uma bandeira que Bolsonaro suscitou. Agora, isso não é solução para o problema educacional de Aracaju, é uma questão ideológica, político-partidária, e o que a gente está é político-partidarizando a educação, como bem disse a vereadora Selma França, nesse sentido. Porque, se tivesse um estudo de como elaborar essa questão; a gestão é assim, ó, o prazo para criar o fundo do trabalhador encerra hoje, às 18 horas, se não perde o dinheiro, mandou pra cá o projeto agora. Nós vamos ter que ficar aqui até umas duas horas da tarde, três, porque a gestão não se organiza. E é mais uma desorganização que cria esse choque entre a bancada, porque tem gente contra...

SARGENTO BYRON – MDB – DISCUTINDO PROJETO

Então, para finalizar o meu discurso, é só pra dizer que o militar, professora, assim como qualquer outro servidor, ele pode ocupar qualquer espaço da educação tendo habilitação pra isso. Então, a gente não pode generalizar. Não, e tendo habilitação pra isso, professor. Tendo habilitação pra isso e fazendo concurso. Eu sou concursado, sou bacharel em Direito, e isso não me dá desprestígio em lugar nenhum. Entendeu? É só isso.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

Então, primeiro, eu fiz a minha declaração sobre o projeto do ponto de vista da inconstitucionalidade, porque não há previsão legal, de fato, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Também quero dizer que nós já tivemos incentivo de escola cívico-militar no governo Bolsonaro, porque era, de fato, uma política do governo Bolsonaro. Quando Lula assumiu, ele revogou também o programa de escola cívico-militar e revogou por conta das demandas da categoria docente nacionalmente e de organizações da educação nacional. Até porque também a vereadora não colocou aqui, há também informações e dados do desvio do processo que é feito pela lógica militarizada

no campo da educação democrática que nós temos construído. Quero dizer também que nós não temos nenhum problema em discutir e nós sabemos que existe escola militar há muito tempo no Brasil. Eu tive sobrinhos que estudaram em escola militar e tem uma formação específica. Só que o problema é que a nossa escola, a escola brasileira prevista na LDB não tem esse perfil, não tem legitimidade dentro da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. E daí implica outra inconstitucionalidade. A manutenção de uma escola, como previsto no programa, não pode receber recursos do FNDE nem do MDE, como o vereador Camilo colocou também. Não pode. Como essa escola vai ser mantida? Depois, o programa não é para implantar uma escola, é um programa para transformar as escolas na sua diversidade, porque não está dizendo isso aqui, de outra forma, que elas poderão desenvolver, é um programa, é um programa. O programa pode ser desenvolvido em uma unidade escolar ou em outras unidades escolares. E aqui está dizendo que o critério para escolha - e aí tem outro problema grave que eu quero trazer aqui - que os critérios para escolha, tem uma questão aqui, viu, vereadores e vereadoras, que eu quero chamar a atenção, que para mim é muito séria. A seleção das unidades escolares seguirão critérios e objetivos baseados nos indicadores de vulnerabilidade, de violência e de desempenho. E, em outros itens, tem dizendo que esses indicadores são também socioeconômicos. O programa parte do princípio de que a violência, ela se estabelece exatamente com a população pobre da nossa cidade. Portanto, há uma ligação direta entre pobreza e violência. Isto aqui é criminalização da pobreza. Isso aqui é preconceito. Isso está escrito no projeto. Eu não estou inventando. Isso está escrito no projeto. Então, além de ele ser inconstitucional, é um programa preconceituoso com a pobreza. Depois, não há condições de oportunizar as pessoas, porque não há possibilidade da população aracajuana escolher onde quer que seu filho estude ou sua filha, porque não tem vagas suficientes. Essa é uma luta histórica, óbvio, e que nós temos que continuar fazendo. Outro ponto. É previsto pelo projeto o seguinte: melhoria do ambiente escolar. O que ocorre no ambiente da rede municipal? O que quer dizer com o ambiente? A escola é um ambiente perigoso para nossas crianças? Nós passamos os últimos anos com vários problemas em escolas do país pelo avanço do fascismo e do nazismo nas escolas. Inclusive foi descoberto recentemente um apartamento aqui, um sujeito que era uma célula nazista. A gente tem que dar nome ao que é que acontece. A violência não é produzida dentro da escola, como bem disse o presidente do Sindipema, o professor Obanshe. Quando a violência chega à escola, ela é produzida fora. Inclusive, crianças violentadas, que a escola que identifica - a professora que recebe a criança - que ela é

violentada na maioria dos casos na sua própria casa e que a escola é que identifica a violência e faz o encaminhamento com as promotorias, com a defesa da criança e do adolescente, vítimas de violência sexual nas escolas. Isso não é verdade. A nossa escola não produz violência para merecer e necessitar um foco do combate à violência por meio de uma educação com o perfil cívico-militar. E o que é ser cívico-militar? O que é que cabe dentro de uma escola? É isso que nós precisamos discutir. Práticas pedagógicas, administrativas e atividades cívico-militares. “O município deverá fazer convênios”. Como vai ser realizado? “Fazer convênios, parcerias com militares de reservas, órgão de segurança pública e instituições privadas”. Quais instituições privadas? Nessa lógica, até escolas de tiro podem financiar a educação. Essa educação. Certo? Pode, pode, instituições privadas. “Propõe converter escolas existentes para desenvolver o programa da lógica cívico-militar”. Eu já disse que não há previsão legal, não é? Eu já disse da inconstitucionalidade, eu falei já dos recursos que não tem como manter, não é? Que também professores concursados, trabalhadores da educação não podem ficar submetidos no seu processo educacional, na gestão administrativa e pedagógica sob a lógica cívico-militar, tal qual é defendida pelo programa. Quero aqui dizer o seguinte, vereador Byron, eu fui professora de vários professores e de advogados e de outras áreas na universidade. Eu não tenho nenhum problema com isso. O que nós estamos colocando aqui é que para eles exercerem a função de professor, de fato, eles têm que ser formados. Ou qualquer outro espaço e fazer os concursos. O que não pode é quem é concursado e é professor, que tem o seu trabalho, ficar submetido a uma administração, inclusive do ponto de vista pedagógico, orientação pedagógica, por quem não está no chão da escola construindo essa própria escola, porque são militares de reserva e muitos deles também não são professores, mas vão por outras qualidades desenvolvidas no âmbito da sua profissão, certo? Exatamente. Quero dizer o seguinte, quero colocar as coisas no lugar que eu acho que eu ainda não coloquei aqui, certo? Estou começando a ficar cansada de determinadas falas que desqualificam, na tentativa de desqualificar nossas intervenções. Como por exemplo, não defendemos valores morais. Quando, por exemplo, eu estou falando sobre a escola e se diz, aqui ao lado, que eu não defendo essa escola porque eu defendo bandido. Que nós não respeitamos valores morais. Eu quero dizer que não somos nós que não respeitamos valores morais. Quais são os valores morais? Quem é que está hoje na Câmara, dos 95 deputados do PL, tem 35 deputados réus em ação penal ou investigados, 1/3 da bancada. Quem é que tem valor moral aqui? Então, vamos colocar as coisas no devido lugar. Não defender a política da educação cívico-militar não significa não ter

valor moral, ao contrário, nós temos valores. Nós não somos desonestos intelectualmente. E não há uma diferença entre desonesto para aquele que rouba ou desonesto intelectual. Desonesto é desonesto. Nós temos formação, somos estudiosos, estudiosas. Não me arvore a discutir o que não é da minha área, a não ser que eu tenha uma assessoria que me mostre o caminho. É dever de todo vereador e vereadora entender os problemas reais e concretos. Quero dizer que não somos aqueles e aquelas que se enrolam na bandeira e não sabem, ao menos, cantar o Hino da Bandeira aqui. Quero dizer que nós temos ousadia, sim, ousadia para defender uma educação pública, laica, democrática e de qualidade. E emenda Pix deve servir para melhorar a qualidade, inclusive climatizar as escolas, que nossas crianças...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá. Vereador Elber Batalha.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Senhor presidente, procurarei ser bem rápido, mais para fazer uma reflexão com os colegas vereadores. Sinceramente, esse é um debate que é válido, mas que não seria da nossa alçada. Infelizmente, o grande problema é que, não somente nesse projeto, mas em vários outros, a Comissão de Constituição e Justiça está ideologizando os debates e não discutindo o que tem que discutir, se a propositura é constitucional ou não. Com todo o respeito à vereadora Moana, vereadora Moana, existe a previsão constitucional que o controle de constitucionalidade se dá de forma preventiva através das comissões de justiça das casas legislativas e de forma repressiva através de ações diretas de inconstitucionalidades, de ações de descumprimento de preceito fundamental constitucional, que são movidas após a aprovação da lei para se discutir se ela foi constitucional ou se não foi constitucional. E essa é uma premissa básica daqui. Claramente, e eu sei, os membros da CCJ sabem que o projeto é inconstitucional. Primeiro, porque o Supremo já decidiu que lei autorizativa somente pode ser de iniciativa do chefe ou da chefe do Poder Executivo. A emenda, vereadora, só entraria no projeto na 2ª discussão. Inclusive, a emenda não foi proposta nesse momento. A CCJ tem que avaliar o projeto da forma que ele está no momento do julgamento. Foi essa a mesma razoabilidade que eu falei para o vereador Lúcio ontem, que nós não poderíamos votar ontem aquele projeto na CCJ, dizendo que ele seria aprovado, porque, lá no final, quando Emília viesse a sancioná-lo, a emenda constitucional já teria sido aprovada. Porque os critérios de julgamento são do dia da sessão. Infelizmente, eu gosto muito dele, mas Pastor

Diego rasgou a Constituição e votou com a ideologia política dele. Seguindo, procurando puxar o eleitorado bolsonarista para perto dele nessa situação. Aprecio o Diego, sei da tecnicidade dele, mas ele abre mão da técnica, nesse momento, em troca de alguns votinhos dos simpatizantes bolsonaristas. E aí, partindo dessa premissa, tudo, inclusive, puxando os votinhos aí, vereadora Moana, da vossa base, do colega Lúcio Flávio. Partindo dessa premissa, é isso. Educacionalmente, eu tenho a minha convicção, e aí é uma convicção - e não desmerece o entendimento de quem pensa contrário - de que esse não é o melhor caminho para se qualificar a educação do Município de Aracaju. Que existem outras prioridades para o Município de Aracaju. Crianças do Santa Maria, diariamente, são transportadas para o Orlando Dantas, são transportadas para o Conjunto Augusto Franco, porque faltam escolas em quase toda aquela Zona de Expansão, no 17 de Março, no Santa Maria, em todas aquelas adjacências onde o meu amigo Bigode tem sua base eleitoral. No momento que nós precisamos fazer escolas de forma ampla e irrestrita, queremos especificar algo que não é da nossa lavra, que não é da nossa competência e que é uma flagrante inconstitucionalidade. E, por fim, eu quero dizer uma coisa, ao não fazer a escola, a prefeita Emília demonstra que ela não quer esse modelo ser implantado em Aracaju. Porque, assim como a vereadora Moana diz, o dinheiro em conta já está. Ela não tem a iniciativa, não precisa de lei para construir escola. Essa decisão do Supremo diz isso, eu não preciso autorizar, seria esvaziado, seria sem sentido exigir uma lei autorizativa para que a prefeitura faça o que não precisa de autorização da Câmara. As leis autorizativas são para quê? Contrair empréstimo, vender uma rua, vender uma área pública. Isso aqui ela não precisa autorizar. Isso seria o mesmo que eu autorizar a prefeita, uma lei autorizando a prefeita a dar aumento ao servidor. É que eu tivesse uma lei autorizando a prefeita a fazer uma licitação do transporte coletivo. Ela não precisa de autorização, nem ela, nem nenhum chefe de Executivo. Isso é uma discussão político-ideológica. O que se quer nesse momento é trazer uma bandeira bolsonarista. Ressuscitar nesse momento que Bolsonaro está preso, que o bolsonarismo, graças a Deus, se enfraquece. E, quando eu digo bolsonarismo, eu não estou falando da direita não. Porque é legítimo que exista uma direita, com seus ideais. Eu tenho como admirador um dos maiores filósofos de direita, que foi o Edmund Burke. Um homem que era de direita e que tinha pensamentos extremamente justos, que foi um dos responsáveis pela confecção da Declaração de Direitos da Humanidade e era um dos ícones da direita britânica. O que eu estou falando aqui é da falta de razoabilidade, das loucuras, dos radicalismos que o bolsonarismo arraigou em parte da sociedade brasileira. E esse projeto visa ressuscitar

essa bandeira pela proximidade eleitoral. Está claro isso. Nós estamos politizando eleitoralmente a educação do Município de Aracaju. A emergência do projeto, a urgência, era um projeto para que nós fizéssemos audiências públicas, fizéssemos debates mais amplos, mas nada disso foi feito, porque a urgência do debate é virarmos o ano, e com o recesso, dizendo, eu defendi a bandeira que Bolsonaro, meu líder, que está preso e que ficará preso muito tempo, defendia, e eu sou ainda o baluarte, quem sustenta a bandeira, quem acena para a sociedade, para esse grupo político. É isso, na essência, o que está se debatendo aqui. Afora isso, nós estamos dando palco para um debate que não é nosso. A meu ver, existe uma discussão interna da gestão, existe uma contradição de interesses, Levi. A Secretaria de Educação, de forma acertada, a meu ver, escolhe por não fazer a escola, e há uma necessidade, e é legítimo o marido da vereadora Moana conseguiu o recurso, ela quer que faça a escola, mas isso é uma discussão que tem que ser resolvida nas hostes do Poder Executivo Municipal e não colocar esse debate de uma forma inapropriada, inconstitucional, ilegal, para que a Câmara se submeta a esse debate. Eu vou passar um aparte para a vereadora Sonia Meira.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – APARTE

Obrigada pelo aparte, vereador Elber. Eu quero apenas chamar a atenção, a partir da sua fala, do conjunto de vereadores e vereadoras aqui da Câmara. Nós sabemos que tem uma base que é da situação, mas sabemos que tem uma base também que caminha com o governador Mitidieri. E essa base, pelo que eu compreendo pela política geral, ela geralmente faz oposição, e é oposição hoje à política da Emília Corrêa. Essa base aqui, que é atenta e acompanha o governador Mitidieri, pode decidir se esse projeto avança ou não. No momento que essa base vota nesse projeto, essa base está cometendo um ato de inconstitucionalidade e mostra também que os dois vão caminhar iguais. Isso aqui é uma demonstração, como é que vai caminhar juntos essa base de Mitidieri hoje e a base da prefeita Emília Corrêa. Eu estou trazendo uma questão que é real. Ano que vem é eleição e a gente não pode fazer de conta que não está vendo o que é que acontece na Câmara politicamente. A hora que você se posiciona favorável a certos projetos não é porque quer o melhor por Aracaju. Esse discurso generalista não cola, não dá, é preciso colocar os pontos nos “is” e de fato a gente não pode. Como é que você manda uma emenda para depois aprovar um projeto na Câmara que ele é inconstitucional para poder a prefeita realizar? Está errado, está errado. Não está no plano plurianual, não está na proposta e a

gente não pode aprovar esse projeto. É a responsabilidade da Câmara nesse momento. Obrigada.

ELBER BATALHA – PSB - ORADOR

Vereadora Sonia, quero fazer uma reflexão sobre isso. Eu entendo que a CCJ - e aí eu destaquei isso lá no início, Breno me acompanhou naquele momento - nós estamos começando a adotar na CCJ uma regra - e aí não estou falando com a vereadora Moana não – que, quando o vereador é parceiro e amigo, se passa por cima da inconstitucionalidade para ele reemendar o projeto depois. E não estou limitando isso. Teve isso no processo de Miltinho, no projeto de Miltinho anterior e em alguns outros. E essa não é uma prática boa. Sejamos escravos das leis para não sermos escravos dos homens. Aí, quando essa prática começa a se instalar, a regra é melhor para quem é meu amigo e é pior para quem não é meu amigo. Por fim, eu quero fazer um destaque aqui. Respeito o voto de todos os colegas. Sobre a sua fala, Sonia, eu quero dizer, eu sou aliado do governador Fábio Mitidieri, mas não precisa nem declarar que eu sou adversário politicamente de Emília Corrêa. Não faço oposição do quanto pior, melhor. Por isso, quando o presidente me falou hoje no fim do prazo para criar o Conselho do Trabalho - a secretária Melissa da Fundat está aqui - ficarei aqui para aprovar, porque não vou fazer o município perder recursos para o debate político. Agora, alguns colegas têm que refletir, independentemente de lado, sobre o teor do que está se votando. O que está se votando é uma desconstrução do sistema educacional da nossa capital. E, aí, nem Emília, nem Edvaldo, nem o finado Marcelo Déda, nem o finado João Alves mereceriam o meu voto vinculado...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

O projeto está em votação. Votação nominal, sem problema. O líder vai orientar o voto.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Deixar a bancada livre.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Vai liberar a bancada?

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Liberar a bancada.

LÚCIO FLÁVIO - PL

Presidente.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Oi. Encaminhamento?

LÚCIO FLÁVIO – PL – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Na verdade, o líder fez o encaminhamento, eu conversei com ele.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Você pode fazer pela bancada do PL.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Então, pela bancada do PL, sim.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Sim, pode fazer.

LÚCIO FLÁVIO – PL – ENCAMINHANDO VOTAÇÃO

Está feito. Só eu e Moana. O encaminhamento do PL já está feito.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar, Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – JUSTIFICANDO VOTO

Senhor presidente, só para poder registrar o meu voto aqui e deixar aqui consignado nessa Casa e que essa Casa aqui é uma Casa acima de tudo política. E cada pessoa que faz aqui os seus votos, seus posicionamentos, faz baseado nas suas convicções políticas. Ninguém é isento, imune daquilo que acredita e defende. Nenhum julgador em um ato processual vai votar simplesmente ou decidir de acordo com aquilo que ele, aparentemente, vê na letra da lei, ele vai carregar as suas convicções, vai carregar os seus valores, vai carregar os seus princípios naquilo que ele acredita. Então, é com base nisso que eu votei “sim” nesse projeto e reafirmo o meu voto.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professor Iran.

IRAN BARBOSA – PSOL – JUSTIFICANDO VOTO

Eu quero justificar meu voto embasado em todos os argumentos que já coloquei aqui e dialogando também com o Sargento Byron dizer que, quando fiz menção à minha análise, fiz questão de ressaltar e de reconhecer que a LDB, no artigo 83, ela fala do ensino militar e diz que ele deve ser regulado por lei específica. E existe uma lei, o vereador com certeza sabe disso, é a lei que trata do ensino militar. É a Lei n.º 9.686, de fevereiro de 1999, que aborda as questões específicas. Sei também que no corpo militar há profissionais formados em várias áreas, mas para virem para a educação tem que se submeter a um concurso público nessa área. Não pode ser através desses mecanismos que trazem para o campo da educação civil o militarismo. Então, acolho a argumentação, mas tenho que fazer essa ressalva. E o meu voto é “não”, presidente, em respeito à construção do sistema educacional desse país.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Camilo.

CAMILO DANIEL – PT – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, eu gostaria de registrar meu voto “não” e justificar ele dizendo que voto “não” em defesa e em respeito à educação do Município de Aracaju, ao povo da cidade de Aracaju, que clama por mais vaga em creche. E é por isso que eu voto “não”. E gostaria muito que a disciplina militar que alguns pregam aqui na educação do município fosse feita aqui nesta Casa, que chegasse na hora, que não faltasse tanto. Eu acho que a gente tem que falar, né? Olhe, meu voto “não” é por isso, presidente.

ELBER BATALHA – PSB – JUSTIFICANDO VOTO

Meu voto é “não” a esse projeto. Inicialmente, porque ele é claramente inconstitucional, e, em segundo lugar, porque existem outras prioridades. Vários bairros de Aracaju, notadamente a Zona de Expansão, carecem de escolas. Várias crianças do Santa Maria, 17 de Março, diariamente, têm que ser transportadas por ônibus para o Augusto Franco, para o Orlando Dantas, porque faltam escolas. Várias mães não têm com quem deixar seus filhos para irem trabalhar e, por conta disso, se tornam apenas donas de casas, porque não conseguem trabalhar dignamente, porque não tem creche. E no momento em que e com tantas outras prioridades esse debate bolsonarista, politizado, vem partidarizar - eu não sei nem se existe esse termo, mas vou usar - “eleitoralizar”, já que isso é claramente um projeto anterior a uma eleição, no sentido de cada um aqui

brigando quem vai segurar as hostes do legado enfadonho do presidiário Jair Bolsonaro. Por isso, meu nome, meu voto é “não”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Para justificar, Selma França. Depois, Lúcio.

SELMA FRANÇA – PSD - JUSTIFICANDO O VOTO

Senhor presidente, sendo eu de primeiro mandato, estou tendo, assim, muito orgulho de aprender nesta Casa. Como pedagoga que sou de formação, eu não poderia jamais aprovar um projeto como esse. Não sou contra o sistema militar, de maneira alguma, e nem sou contra a cada pai escolher a educação que quer para os seus filhos. Mas eu vejo que isso aqui é um ato levando para o lado partidário, e eu não vou aceitar. Como desde o início eu disse, nada que seja partidário eu irei aprovar nesta Casa, e sim o que for do interesse do povo. Muito obrigada, por isso o meu voto é “não”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS - PSD

Lúcio.

LÚCIO FLÁVIO – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Obrigado, senhor presidente, para justificar. E, com todo o respeito ao presidente Sindipema, ele falou aqui que a Bahia possui mais quantidade de escola cívico-militar, não é verdade. Estados do Paraná e de Goiás têm mais quantidade do que isso. E ele justificou que a gente precisa de mais investimentos em educação, mas parece que a bancada que se opõe ao projeto quer mais investimentos em educação desde que não seja cívico-militar, porque a proposta é exatamente para mais investimentos em educação, mais vagas, mais vagas inclusive para professores, mas parece que pode ter a falta, mas o investimento se for cívico-militar não se quer. Por isso que eu quero só reforçar o meu voto, vereadora Moana, favorável à escola cívico-militar. Conte comigo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, para justificar meu voto, eu, assim como já tinha declarado, e o pessoal já estava aguardando, o meu voto é “sim”, voto favorável. Agora, nós vamos assistir - eu não vou me dirigir a Moana - mas vereador Elber, vereador Camilo, vereador

Lúcio Flávio, nós não teremos, estamos votando “sim”, vamos aprovar, mas nós não teremos a escola cívico-militar aqui em Aracaju, que a prefeita Emília Corrêa não quer. Se alguém quer se queixar, se queixe com a prefeita Emília Corrêa. O meu voto é “sim”. Veja que dia é hoje, uma quinta-feira, dia 4 de dezembro. Eu vou pagar para ver e meu voto é “sim”, porque eu acredito nesse projeto. Mas a prefeita Emília Corrêa não quer. Mas meu voto é sim, presidente.

RICARDO VASCONCELOS – PSD - PRESIDENTE

Vereadora Moana.

MOANA VALADARES – PL – JUSTIFICANDO VOTO

Senhor presidente, primeiro, eu queria dizer para alguns colegas aqui que é complicado. Vereadora, não meça as pessoas pela sua própria régua. Esse não é um projeto eleitoral. Esse é um projeto que Deus colocou no meu coração. E para a honra e glória do Senhor, ele vai ser concretizado. Quero aproveitar também para dizer que a prefeita não quer esse projeto - e com todo o respeito ao colega Fábio Meireles, que eu tenho muito carinho por ele, mas isso não estou falando só para ele, mas também pelos outros colegas da oposição que trouxeram esse assunto - isso é uma elucubração. E a prova disso vai ser quando ele for concretizado. A prefeita Emília sabe que esse foi um desejo que surgiu do meu coração, por isso que a iniciativa foi minha. Mas ele vai acontecer e vai se realizar no Município de Aracaju para a honra e glória do Senhor. E eu quero aproveitar também para pedir licença pra fazer a defesa pelo meu colega, o Pastor Diego, dizer, vereador, que o meu colega aqui vereador, que o Pastor Diego, ele não precisa dos votinhos de ninguém não. Ele tem serviço prestado, ele foi muito bem votado inclusive e ele tem direito a ter posicionamento e é muito antidemocrático e... Só para concluir, presidente, por favor. É muito triste e deselegante que um colega fale dessa forma aqui na Casa toda vez que for contrariado. Quando a opinião dele não alcançar a unanimidade. Essa é uma Casa democrática. É lugar de debate. E hoje a democracia venceu. Glória a Deus.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá. Vereador Byron. Byron, deixa eu... Para não dizer que eu preteri. Soneca.

SONECA – PSD – JUSTIFICANDO VOTO

Senhor presidente, é... Então... E o que, posso? Vou lá agora. Senhor presidente, vou até me levantar, senhor presidente, que é bom a gente falar que nós estamos cheios, aqui na Casa, de direita e de esquerda. Eu vou subir ali que é para ficar na esquerda e na direita, dos dois lados, “perai”. Senhor presidente, senhoras e senhores, um abraço aos amigos aí que eu vejo diariamente na PMA, na Prefeitura de Aracaju, os dois aí em cima, um abraço. E também manda um abraço para todos que estão ali do lado, ali na segurança, o pessoal que está aí, que veio, né, democraticamente, cada um com sua ideia, pediu voto, né? Seja para votar pela escola ou não a escola, né? Mas, senhor presidente, eu queria falar aqui um pouquinho, porque eu fico triste, às vezes, quando tem um embate... Já está acabando ali, é? É rápido demais. Menino, eu vou adiantar aqui, rapidão, no rápido, olhe. Eu quero... Votei no projeto porque o projeto que seja bom para o povo eu estarei aqui para votar. Mas, vereadora, é importante, Vossa Excelência tem seu esposo, que é deputado federal, que também mande emenda para essas outras pautas que foram citadas aqui pelo professor Iran, Professora Sonia Meire. Oi? Ói, R\$ 30 milhões para que área? Creche?...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vamos lá. Soneca tem mais um minutinho ali, rapidinho.

SONECA – PSD – JUSTIFICANDO VOTO

Pronto, R\$ 30 milhões, foi? Pronto, então, pessoal, olha, a vereadora está aqui dizendo que o marido dela mandou R\$ 39 milhões, foi isso? R\$ 30? Bom demais, rapaz. Aí vai ser a metade para a civil, para escola militar e a metade para... Ah, para o município, para todas. Ah, então está “*reg single, blue night*”. Está ótimo. Então, olha, viva a escola militar e viva a creche das crianças e viva as escolas, porque quem ganha é o povo e é “*reg single, blue night e hot baby some life*”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Isac. Depois, Sonia. Ah, Byron também levantou.

ISAC SILVEIRA – UNIÃO BRASIL – JUSTIFICANDO VOTO

Presidente, eu quero dizer para Vossa Excelência, primeiro, que eu entendo o anseio da vereadora Moana porque ela milita nessa linha da direita e nessa causa. Mas acho que a gente abre um precedente muito complicado. Esse projeto foi apontado, até pelo próprio Pastor Diego, como vício de iniciativa. E acho que essa decisão de escola

pública cívico-militar é uma decisão política de governo. É o governo que decide se vai investir nessa área ou não. Entendo a ânsia, a vontade, o desejo, mas penso e tenho convicção que tem que vir do Poder Executivo. Por isso que a bancada ficou livre para escolher o seu melhor caminho. Respeito por demais. Não faço juízo de valor se alguém é bom ou ruim porque opta pela escola de ensino cívico-militar, mas, respeitosamente, a gente abre precedentes para que outras modalidades de intenções de ensino se constituam a partir do anseio do vereador. E aí nós vamos agora reger a execução, o ato político do Poder Executivo. No mais, é esperar a posição da prefeita Emília Corrêa. Espero que a senhora me compreenda claramente. A gente se dá muito bem, mas podemos divergir no campo das ideias. Um abraço, querida.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Byron. Professora Sonia. Depois, Byron. Bigode vai também.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL - JUSTIFICANDO VOTO

Então, eu voto “não” em respeito ao sistema municipal de educação que foi estruturado a partir de muita luta de trabalhadores da educação e das famílias aracajuanas. O sistema municipal de educação, ele tem uma relação direta com aquilo que propõe as demandas curriculares, que nós estamos também em discussão, inclusive conversando muito com a secretária, sobre a importância da qualidade da educação pública no Município de Aracaju, seguindo o LDB. E voto “não”, porque nós não podemos ter uma qualidade de educação com o perfil de uma escola que está sendo colocada por esse programa para atender aos interesses e objetivos, hoje, de um ex-presidente, inclusive do seu grupo, que inclusive tentou até romper a tornozeleira. Não estou de acordo com a bancada que atende aos interesses que não são morais, não são legítimos, não são reais para atender a população brasileira.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Bigode.

BIGODE DO SANTA MARIA – PSD – JUSTIFICANDO VOTO

Senhor presidente, eu votei “sim” pelo motivo da vereadora Moana chegar aqui até a mim, educadamente, humildemente, e me pedir um voto. E também porque é muito bom, vereadora Moana, essa escola, eu tenho certeza que vai dar mais entusiasmo a esses alunos de um dia eles pensarem de ingressar na vida militar. Entendeu? Então, isso é

muito bom, muito ótimo, por isso que eu votei “sim”. E eu quero pedir para a senhora, para a senhora pedir ao seu esposo, que tem todo o acesso, que mande uma “emendazinha” também para as crechezinhas também do Santa Maria. Obrigado.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Vereador Byron está com a palavra.

SARGENTO BYRON – MDB – JUSTIFICANDO VOTO

Senhor presidente, só para confirmar meu voto “sim” e dizer da importância que tem da escolha de uma escola que traz disciplina, hierarquia, que foi perdida na nossa sociedade por muito tempo. Entendendo os resultados na educação que a escola militar tem, em aprovação de concursos, vestibulares, então, não tem como votar diferente, entendendo que é uma escola que traz todos esses valores que eu acredito na sociedade de resgate. Parabéns, vereadora Moana, meu voto é “sim”.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Encerrada a votação. Projeto foi aprovado. 12 votos favoráveis. 7 votos contrários. Nenhuma abstenção.

Projeto de Decreto Legislativo n.º 120/2025, em 1ª Votação, de autoria do vereador Marcel Azevedo (leu). O projeto está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado. Convoco. Temos três requerimentos aqui fora de pauta. Três requerimentos aqui fora de pauta.

Requerimento n.º 494/2025, de autoria do vereador Lúcio Flávio (leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Pela urgência da leitura é a aprovação de um nome de praça?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

É.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Está aqui já os projetos que vão entrar em votação agora, todos?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não, não, a gente ainda está na sessão anterior. A gente ainda está na mesma. É fora de pauta.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

É porque não estava na pauta?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Não. Esse não estava na pauta, mas a gente está na mesma sessão ainda. Tem uma praça para inaugurar e o nome que a prefeita escolheu, junto com o vereador, a gente está lendo aqui agora e colocou em votação.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Isso passou já pela Comissão?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Requerimento.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Ah, é o requerimento?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Requerimento de urgência.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

Que a gente vai ter que analisar par não ter necessidade.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Sim, sim, sim. O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Requerimento n.º 495/2025, autoria do vereador Lúcio Flávio Miranda (leu). O requerimento está em discussão. Iran.

LÚCIO FLÁVIO – PL

Congeca - Antônio José Vieira Santos.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O projeto continua em discussão. Não havendo quem queira discutir... O requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir... Elber.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Não vou votar contra o requerimento, mas só queria fazer uma ressalva. Nós estamos com um problema sério do setor de pesquisas. Está passando muita lei que já existe. Está chegando na Comissão muita lei que, quando a gente vai... Muitas das vezes, a gente lembra de cabeça que já passou a lei. Quando a gente vai procurar, a lei já existe. Mas está passando. O meu receio é que lei de nome de rua, que requer ainda mais uma pesquisa mais apurada no mapa, que a gente faça o requerimento de urgência, mas que o setor, antes da votação - porque muito provavelmente o vereador Lúcio vai pedir para votar na terça - então, que se faça essa pesquisa, porque a gente está verificando que, com as urgências, elas estão prejudicando a pesquisa, muitas vezes não dá tempo, a pesquisa não é feita, até pela celeridade, não estou criticando não, porque vai com muita pressa, muito serviço, passa. E aí está repetindo, tem um projeto mesmo, tem um projeto igual meu, de Sonia e de Fábio, e passou tudo. Tem outro, eu, ele e Maurício. E passou tudo pela pesquisa. Então, assim, tem que se fazer outro filtro no setor de pesquisa. E, quando bota em urgência, pior ainda.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Os que estão começando a tramitar não estão cadastrados ainda no setor de pesquisa. Tem que ver outra forma, porque lá no SAPL só vai ter os que estão já aprovados e tal. Agora, quem está começando a tramitar...

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Não, mas é o que...

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Entendi. Conversar com a turma para apertar um pouco mais.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

E, sobretudo, nessas questões de rua, presidente. A gente está tirando o nome de rua que já tem nome.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Pastor Diego.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Presidente, só para poder acrescentar aqui, nós temos uma legislação recente que traz a regulamentação sobre a questão de alteração de nome de rua e de próprio público. Então, é muito simples. Por mais que tenha a urgência, que a gente crie um pré-requisito de ter, antes da colocação em plenário, ter um posicionamento do setor pesquisa que vai trazer a posição se há ou não há. É verdade que a questão de choque há mais nos projetos em si. Nome de rua é difícil. Nome de rua, o filtro é bem simples e é fácil de localizar. A questão, quando é projeto, é porque às vezes a ementa é diferente e o texto é o mesmo, então, complica um pouco. Mas nome de rua é muito objetiva a pesquisa. Agora é importante que a gente tenha a informação do setor para poder ter a base para votar.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Fábio Meireles.

FÁBIO MEIRELES – PDT – DISCUTINDO PROJETO

Por que a questão do nome de rua, você tem que enviar para a Emurb, tem que fazer, pelo menos era assim que se fazia, o croqui para visualizar se já existe ou não. Não é tão célebre assim não. Eu respeito Vossa Excelência por demais, mas eu acho que tem que ter um cuidado de forma geral com essa que é votação de urgência.

PASTOR DIEGO – UNIÃO BRASIL – DISCUTINDO PROJETO

Veja, Fábio, a aprovação da urgência, ele vai vir para a urgência atendendo esses requisitos específicos, é o que o Elber falou do setor de pesquisa. O que a gente está ampliando a urgência aqui é Comissão de Justiça, mas o setor de pesquisa para poder contestar ou constatar se o projeto está apto para votação, tem que vir, porque não vai ter como a gente aprovar sem saber se há documentalmente essa... Então, presidente, só para a gente buscar aqui um entendimento da Mesa, quando for nome de rua e alteração de próprio público, é importante ter uma posição da Mesa porque, de fato, votar o projeto sem ter essa certeza da Emurb, essa certeza do setor de pesquisa em relação a se vai haver algum choque ou não, é frágil. Então, deixa a Mesa trazer aqui uma posição.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Professora Sonia.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – DISCUTINDO PROJETO

O meu encaminhamento é esse, aprovando regime de urgência, que haja aqui um debate, que não venha antes da pesquisa ser concluída. Então, aguardo a posição da Mesa.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

O Requerimento n.º 495/2025 continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Tem o Projeto de Lei n.º 247/2025. Minha assessoria está aqui informando que parece que Byron pulou na hora da leitura. Foi, né? Então, vamos lá.

Projeto de Lei n.º 247/2025, de autoria do vereador Soneca. Em redação final (leu). O projeto está em apreciação. Não havendo quem queira apreciá-lo, vai à sanção.

O 497/2025, que também está fora da pauta, ele é do vereador Isac (leu). O requerimento está em discussão. Não havendo quem queira discutir... Aqui é o requerimento.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Mas nós não vamos discutir o PPA, presidente?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Aqui é o requerimento.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Sim, de urgência, mas nós não já vamos discutir o PPA agora porque já não tem um prazo e tudo?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Talvez não. Talvez a gente não faça mais o PPA hoje.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

Eu queria melhor uma explicação sobre isso para eu entender.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Veja, há um pedido dos vareadores para a gente deixar o PPA para terça-feira. O líder. Pode. Aqui estamos apenas aprovando o requerimento.

ELBER BATALHA – PSB – DISCUTINDO PROJETO

Certo. Sonia, quer concluir? Eu queria discutir o requerimento fazendo duas ressalvas. Não tenho nenhuma reprimenda aqui. Isac, meu querido Isac, eu queria lhe pedir somente uma coisa. No relatório, no voto que se tornou relatório, eu fiz algumas observações. Uma foi quanto àquele superdimensionamento do número de vaga de creche, que se colocou 84 mil vagas de creche quando crianças matriculadas são 30 mil. Eu perguntei a alguns órgãos, disseram-me que a demanda reprimida são 5 mil vagas. Como é para 2029, eu estou apresentando a emenda para ficar em 5 mil vagas, 3 mil, e considerando que aumente. Esse eu estou corrigindo, mas tem outras falhas que têm que ser corrigidas. Tem que ser enviadas para cá as atas da aprovação do PPA pelos conselhos municipais, tem que corrigir as codificações, que não tem nada codificado. Quando a gente for apresentar emenda ao orçamento, vai se exigir as codificações. E, pelo menos, na primeira vinda não veio codificado. E, por fim, para completar - e depois dizem que implicância é minha - mandaram o substitutivo querendo corrigir. Ótima ideia. Aí se esqueceram de mandar a mensagem que o substitutivo tirava o projeto originário. Ou seja, a gente vai ter que votar o projeto errado para substituir na segunda votação. Então, assim, é erro em cima de erro. Eu sei que, Isaac, não é nada como você. Agora, peça para o pessoal ter mais atenção, porque nós vamos ter que votar o texto errado, porque não mandaram a mensagem dizendo que era para excluir o texto anterior e considerar o texto novo. Todo aquele trabalho que nós fizemos na Comissão para otimizar foi por água abaixo, porque não adianta apresentar, e digo logo, Sonia, não adianta apresentar emenda agora, que as emendas vão ser depois do substitutivo. Da Secretaria de Planejamento.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL – PELA ORDEM

No prazo para protocolar as emendas que seria hoje, né?

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Hoje a gente está apenas no requerimento de urgência. Provavelmente, eu não coloque a primeira votação e a segunda. E, quando aprovar o substitutivo, mais 24 horas. Então, fiquem tranquilos com isso. Faz parte da vida. Faz parte.

PROFESSORA SONIA MEIRE – PSOL

E o próprio substitutivo retira um anexo quando tinha sido aprovado na LDO como parte do próprio anexo. É outro problema. O anexo cinco foi substituído, eliminado

o que estava e a Lei de Diretriz Orçamentária prevê na mensagem o anexo. Então, é outro problema, tem que voltar o anexo.

PRESIDENTE RICARDO VASCONCELOS – PSD

Tem outros anexos, né? Para juntar, né? Isac, você dá uma olhadinha nisso junto com o Flávio. Com o Lúcio Flávio, viu? O requerimento continua em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Aqueles que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Convoco uma sessão extraordinária para daqui a alguns segundos e declaro encerrada a presente sessão.

[SESSÃO ENCERRADA]

Texto revisado por Sílvia Souza Santos Vasconcelos.